



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ELISANA REIS DA SILVA

**OFICINAS DE PRODUÇÃO DE ARTESANATO NA TERRA INDÍGENA TOLDO
CHIMBANGUE, CHAPECÓ – SC**

CHAPECÓ

2019

ELISANA REIS DA SILVA

**OFICINAS DE PRODUÇÃO DE ARTESANATO NA TERRA INDÍGENA TOLDO
CHIMBANGUE, CHAPECÓ – SC**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciado em História da Universidade Federal da
Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jaisson Teixeira Lino

CHAPECÓ

2019

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

SILVA, Elisana Reis da.

Oficinas de Produção de Artesanato na Terra Indígena Toldo Chibangue./ Elisana Reis da Silva. -- 2019.

71 f.:il.

Orientador: Jaisson Teixeira Lino.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2017.

1. Artesanato indígena. 2. Cultura Material. 3. Arqueologia. 4. Etnohistória. 5. Terra Indígena Toldo Chibangue. I. Lino, Jaisson Teixeira, orient. II.

Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELISANA REIS DA SILVA


**OFICINAS DE PRODUÇÃO DE ARTESANATO NA TERRA INDÍGENA TOLDO
CHIMBANGUE, CHAPECÓ – SC**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira sul.

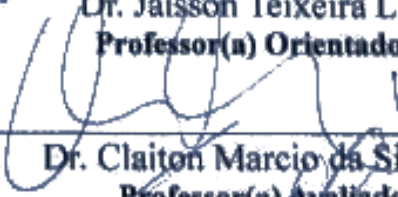
Orientador: Prof. Dr. Jaisson Teixeira Lino

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 08/07/2019.


BANCA EXAMINADORA



Dr. Jaisson Teixeira Lino
Professor(a) Orientador(a)



Dr. Claiton Marcio da Silva
Professor(a) Avaliador(a)



Me. Fábio Araújo
Professor(a) Avaliador(a)

Dedico este trabalho à comunidade indígena do Toldo Chimbanguê, por toda a generosidade e disponibilidade em compartilhar seus conhecimentos e práticas pedagógicas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à comunidade indígena do Toldo Chimbanguê, em especial aos professores da Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó, pela gentileza e generosidade de sempre. Sem vocês, esta pesquisa não existiria, nem eu seria quem eu sou. Obrigada por todos os anos de vivência compartilhada.

Aos professores do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul de Chapecó, em especial agradeço ao meu orientador, professor Dr. Jaisson Teixeira Lino, por todos os anos de parceria acadêmica. Foi quem me ensinou a fichar, a escrever academicamente, a amar Arqueologia e História Indígena. Sem seu apoio e ensinamentos esta pesquisa jamais teria sido realizada.

Aos colegas de graduação, por compartilharem as experiências únicas de ser parte da primeira turma do curso História da UFFS de Chapecó, e todas as suas muitas contribuições para minha jornada acadêmica, intelectual e afetivamente.

Aos meus pais e irmão por todo apoio ao longo de toda a vida. Sem a força de vocês eu jamais poderia ter ingressado ou me mantido na Universidade. Ao meu marido e à minha sogra, responsáveis pela constante motivação para a conclusão deste trabalho.

Sem vocês nada disso seria possível, obrigada!

Se não te lembrares mais daqueles que já se foram – dos teus ancestrais que o tempo levou, fica feliz em saber que a tua imagem permanece viva através dos teus trançados nos cestos e balaios. É no artesanato que está escrita a tua marca, e é através dele que te projetas no futuro com identidade própria.

Manolo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a produção material das oficinas de artesanato realizadas na Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó, na Terra Indígena Toldo Chimbanguê, localizada na cidade de Chapecó - SC. O artesanato remete às tradições da comunidade e ao que ela identifica como suas marcas distintas, específicas de sua identidade, e portanto, é significativa representação identitária e simbólica para as comunidades indígenas de modo geral. As oficinas de artesanato são realizadas na EIEF Fen'no em parceria com a comunidade da Terra Indígena desde o ano 2000. Para a realização deste trabalho, observamos as práticas pedagógicas da confecção dos artefatos e consideramos dados arqueológicos, antropológicos, históricos e etno-históricos de maneira igualitária e complementar. Investigou-se como as oficinas de artesanato são organizadas pela comunidade, quais artefatos são privilegiados nas atividades de produção desenvolvidas e de que maneira estas oficinas estão inseridas no processo de revalorização da cultura material indígena Kaingang.

Palavras-chave: Cultura Material. Artesanato indígena. Terra Indígena Toldo Chimbanguê.

ABSTRACT

The present study has the objective of analyzing the material production of the handicraft workshops held at the Fen'nó Indigenous School of Elementary Education, in the Toldo Chimbangue Indigenous Territory, located in the city of Chapecó - SC. Handicraft refers to the traditions of the community and to what it identifies as its distinct brands, specific to its identity, and therefore, is a significant identity and symbolic representation for indigenous communities in general. Craft workshops have been held in EIEF Fen'no in partnership with the community of Terra Indígena since the year 2000. For the accomplishment of this work, we observe the pedagogical practices of confection of the artifacts and consider archaeological, anthropological, historical and ethno-historical data in an egalitarian and complementary way. It was investigated how the craft workshops are organized by the community, which artifacts are privileged in the developed production activities and how these workshops are inserted in the process of revaluation of the indigenous material culture of the Kaingang people.

Keywords: Material Culture. Indigenous handicrafts. Toldo Chimbangue Indigenous Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendaju – 1944, adaptado e elaborado por Carina Santos de Almeida.....	17
Figura 2: TI Toldo Chibangue na contemporaneidade. Em amarelo os limites dos 1.963 ha totais da terra indígena e no triângulo vermelho a localização dos últimos 100 há ocupados pelos Kaingang antes da total expropriação das terras.....	20
Figura 3: Cobertura vegetal nativa e presença indígena no oeste catarinense.....	21
Figura 4: A TI Toldo Chibangue dividida em lotes entre camponeses. Em destaque os últimos 100 ha.....	23
Figura 5: Comissão Kaingang do Toldo Chibangue em Brasília liderada por Ana da Luz Fen'no. Março de 1985.....	26
Figura 6: Kaingang do Toldo Chibangue acampam em frente ao Congresso Nacional.....	27
Figura 7: Manifestação contra a demarcação da TI Toldo Chibangue.....	28
Figura 8: Posicionamento de membros de partidos políticos de Chapecó contra a demarcação da terra indígena.....	29
Figura 9: Camponeses da Sede Trentin em Greve de Fome.....	31
Figura 10: Estudantes reunidos durante a etapa de preparação da oficina de artesato indígena na EIEF Fe'nó.....	37
Figura 11: Estudantes coletando cipó para a confecção do artesanato na TI Toldo Chibangue.....	38
Figura 12: Estudantes coletando madeira para a confecção do artesanato na TI Toldo Chibangue.....	39
Figura 13: Estudantes coletando taquara para a produção de artesanato na TI Toldo Chibangue.....	40
Figura 14: Estudantes transportando falso tronco de bananeira para a produção de artesanato nas proximidades da Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó.....	41
Figura 15: Estudante descascando a madeira para produzir uma lança no pátio da EIEF Fen'nó.....	42
Figura 16: Estudantes descascando a madeira para criar arcos e flechas na quadra da EIEF Fen'nó.....	43
Figura 17: Estudantes na Semana Cultural apresentando-se com as lanças produzidas durante as oficinas de artesanato.....	44

Figura 18: Trançado sendo feito por professora indígena para confecção de cestaria no pátio da EIEF Fe'nó.....	45
Figura 19: Cesto produzido por estudante indígena na oficina de cestaria na EIEF Fen'nó... ..	46
Figura 20: Filetes de taquara sendo preparados para a produção pulseiras, decoração de canetas e anéis no pátio da EIEF Fen'nó.....	47
Figura 21: Caneta produzida durante as oficinas de artesanato na EIEF Fen'nó.....	48
Figura 22: Estudantes indígenas batendo o falso caule da bananeira contra o solo para drená-lo na quadra da EIEF Fen'nó.....	49
Figura 23: Estudantes indígenas confeccionando as saias de tiras de bananeira na EIEF Fen'nó.....	50
Figura 24: Estudantes indígenas utilizando as saias confeccionadas durante as oficinas de artesanato na Semana Cultural Kaingang e Guarani na EIEF Fen'nó.....	51
Figura 25: Estudantes confeccionam filtros dos sonhos com auxílio de professora indígena nas oficinas de artesanato da EIEF Fen'nó.....	52
Figura 26: Professor indígena confecciona chocalho.....	53
Figura 27: Estudantes trabalham na confecção de colares, pulseiras e brincos durante oficina de artesanato na EIEF Fen'nó.....	54
Figura 28: Chocalhos, colares, pulseiras e anéis produzidos durante a oficina de artesanato em exposição durante a Semana Cultural.....	55
Figura 29: Idalino Fernandes, cacique da Terra Indígena Toldo Chimbanguê usando um cocar na cerimônia de abertura da Semana Cultural de 2019.....	56

LISTA DE SIGLAS

TI Terra Indígena

EIEF Escola Indígena de Ensino Fundamental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OS KAINGANG NO OESTE CATARINENSE.....	15
3 AS OFICINAS DE ARTESANATO NA ESCOLA INDÍGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL FEN'NÓ, TERRA INDÍGENA TOLDO CHIMBANGUE.....	33
3.1 PREPARAÇÃO PARA AS OFICINAS DE ARTESANATO.....	36
3.2 COLETA DA MATÉRIA-PRIMA PARA A CONFECÇÃO DO ARTESANATO NA TERRA INDÍGENA TOLDO CHIMBANGUE.....	37
3.3 PREPARAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA E CONFECÇÃO DOS ARTEFATOS.....	41
3.4 A PRODUÇÃO ARTESANAL INDÍGENA NO TOLDO CHIMBANGUE.....	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

A Terra Indígena Toldo Chimbangue está localizada a uma distância de 14 km do centro do município de Chapecó. É uma comunidade indígena Kaingang com 181 famílias e aproximadamente 630 habitantes. Além dos Kaingang, residem nessa comunidade 24 famílias Guarani, com aproximadamente 112 pessoas, os quais foram acolhidos durante o processo de luta por suas terras ancestrais, que se estende há anos¹.

No Toldo Chimbangue, a retomada das terras pelos índios Kaingang foi resultado de uma luta que durou décadas entre agricultores assentados por companhias colonizadoras no local e índios: “O Toldo Chimbangue foi a primeira terra no Brasil devolvida aos indígenas depois de ter sido toda ela escriturada em nome de terceiros” (BRIGHENTI, 2014). Em 1985, 988 hectares foram recuperados e em 2006 mais 975 hectares de terra voltaram para as mãos dos Kaingang.

Uma das principais líderes do movimento de retomada da terra indígena foi Ana da Luz Fortes do Nascimento (1917-2014), a índia Fen'nó, que resistindo ao processo de aldeamento e confinamento indígena ocorridos durante os séculos passados, nunca deixou a região do Toldo Chimbangue e liderou uma intensa batalha pela posse da terra em plena ditadura militar (BRIGHENTI, 2014). A escola da Terra Indígena foi nomeada em sua homenagem.

A Escola da comunidade iniciou seu funcionamento com o nome Escola Isolada Irani, e atendia somente os alunos do primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Em junho de 2004 a escola mudou de nome para Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó, atendendo a demanda da comunidade, e passou a funcionar com o ensino fundamental completo. No ano de 2014, por nova demanda da comunidade, a escola passou a funcionar até os últimos anos da educação básica e até o momento formou duas turmas Ensino Médio. Atualmente, a EIEF Fen'nó possui aproximadamente 190 alunos entre indígenas das etnias Kaingang, Guarani e não-índios e possui turmas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PPP, 2018).

Desde o ano 2000 a EIEF Fen'no realiza periodicamente oficinas de produção de artesato indígena de forma colaborativa com a comunidade. O conhecimento da elaboração de artefatos indígenas é geralmente adquirido através da observação sistemática e

¹ As informações referentes à demografia da comunidade indígena foram obtidas na E. I. E. F. Fen'no, a qual atualiza seus dados anualmente.

experimentação ao longo de muitas gerações. O artesanato remete às tradições da comunidade e ao que ela identifica como suas marcas distintas, específicas de sua identidade. Portanto é extremamente significativo identitária e simbolicamente para as comunidades indígenas de modo geral:

“o papel fundamental do artesanato – seu valor absoluto: testemunhar a vida, dar peso, importância, felicidades ao cotidiano, seja pela eficácia mágica atribuída aos objetos rituais e de adorno, seja pela própria utilidade intrínseca das peças destinadas à facilitação do existir” (RIBEIRO, 1983 apud SAVORO, et al., 2006, p. 34).

O estudo das produções artesanais das comunidades indígenas insere-se num conjunto mais amplo de análise da cultura material produzida pelas comunidades. Segundo Savoro:

O estudo da cultura material e das artes nas sociedades indígenas nos diz muito sobre o modo de vida nestas sociedades. Permite que conheçamos não somente suas singularidades, mas também aquilo que compartilham umas com as outras e que as distingue da sociedade ocidental (SAVORO, et al., 2006, p. 32).

A cultura material pode ser compreendida como a totalidade de artefatos produzidos ou modificados pelos seres humanos com os mais diferentes propósitos: “são as estruturas, objetos e modificações que compõem os nossos espaços de lazer, trabalho, moradia, entre inúmeras outras possibilidades” (FUNARI; CARVALHO, 2009, p. 4).

A ciência que estuda a produção material das sociedades humanas é a Arqueologia. Por muito tempo, dados arqueológicos foram utilizados para ilustrar pesquisas históricas ou considerados realmente válidos somente para o estudo de sociedades ágrafas ou “pré-históricas²”, contribuindo para a formação da falsa ideia de que a Arqueologia seria uma

2 O conceito de pré-história se contrapõe ao de história a partir do século XIX, quando esta ciência humana se consolida e ganha corpo teórico-metodológico, definida como o estudo e conhecimento dos povos com escrita, tendo então o documento escrito seu corolário máximo. Em contrapartida, todos os demais povos que não tivessem como suporte de expressão a escrita foram classificados como “pré-históricos”, o que adquiriu uma carga preconceituosa, para dizer o mínimo, considerando que estariam situados em algum lugar antes da história, ou à espera desta. Isto se complica ainda mais quando pensamos no continente americano, imaginando o início da história em 1492. Como sabemos, o processo de conquista europeia da América se deu de modo desigual nas diferentes regiões do continente, dificultando ainda mais a separação em uma linha em que de um lado se situam os povos com escrita dos sem escrita, somando-se a isso as evidências de comunicação escrita e gráfica em diversos povos nativos. Em segundo lugar, de acordo com pesquisas arqueológicas, os seres humanos modernos, resultado de processos de evolução, vivem a mais de trezentos mil anos na face da Terra, construindo sua história. Assim, temos que considerar que a maior parte da trajetória humana é classificada como “pré-história”, ou, como afirmam os autores Funari e Noelli (2006, p. 12-15), constituem 99,9% da história humana, se considerarmos os antecessores do *homo sapiens sapiens*.

ciência “auxiliar” da História. No entanto, a Arqueologia é uma área do conhecimento que produz, por um meio alternativo, interpretações sobre o passado da humanidade:

A arqueologia é, para nós, um saber alternativo ao da história tradicionalmente considerada. É uma forma própria de estudar o mundo material, o mundo da relação do homem com a realidade física que o rodeia e de que ele mesmo faz parte (um ser humano é também um objecto para outros seres). Esta é, pensamos, a perspectiva que permite superar a posição de secundaridade da Arqueologia, integrando-a como saber de corpo inteiro do domínio das ciências do homem. (JORGE, 1990, p. 369)

Consideraremos dados arqueológicos, antropológicos, históricos e etno-históricos de maneira igualitária e complementar neste trabalho. Existem variadas concepções e definições de etno-história³. Utilizaremos neste trabalho o conceito que a compreende como uma metodologia de pesquisa interdisciplinar para o estudo das comunidades indígenas, que visa resultados holísticos e plurais das análises realizadas. Compreendemos etno-história, portanto, como:

[...] um método que utiliza dados arqueológicos e dados provenientes de fontes textuais, principalmente de cronistas, funcionários públicos, missionários e viajantes, com o propósito de reconstruir a história das culturas indígenas, sobretudo daquelas que necessitavam de antecedentes contemporâneos (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003, p. 03).

As oficinas de artesanato sobre as quais trataremos neste trabalho foram observadas numa perspectiva etnográfica de observação participante, método que busca descrever da forma mais completa possível os eventos observados e seus significados para o grupo que os praticou. A etnografia:

é a especialidade da antropologia, que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, e manifestações materiais de suas atividades, é parte ou disciplina integrante da etnologia é a forma de descrição da cultura material de um determinado povo (MATTOS; CASTRO, p.53).

No primeiro capítulo deste trabalho, trataremos da História Indígena Kaingang no Oeste Catarinense numa perspectiva da longa duração, contemplando, portanto, um período que vai das origens à atualidade, com ênfase na criação e homologação da Terra Indígena Toldo Chimbangue. Este capítulo inicial apresentará dados arqueológicos e etno-históricos a respeito dos Kaingang que habitavam o Oeste Catarinense antes da chegada dos

³ Sobre os diferentes conceitos e visões acerca da etno-história ver MOTA, 2014; CAVALCANTE, 2011; EREMITES DE OLIVEIRA, 2001 e 2003.

colonizadores, retratará o processo de confinamento e aldeamento indígena ocorrido nos séculos XIX e XX e o processo de luta pela terra que levou a criação da Terra Indígena Toldo Chimbangue.

No segundo capítulo deste trabalho, analisaremos a criação de oficinas de produção de artesanato pela Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'no, descreveremos as atividades desenvolvidas durante as oficinas e os artefatos produzidos pela comunidade durante as atividades. Investigaremos se a produção de artefatos nas oficinas está inserida em um processo de revalorização da cultura material e qual a importância atribuída a eles na representatividade da identidade Kaingang construída pela comunidade.

2 OS KAINGANG NO OESTE CATARINENSE

Os Kaingang e os Xokleng são conhecidos como os Jê do Sul por pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, da família Jê. São falantes de línguas distintas da família Jê e são originários de fora do Brasil Meridional. Neste trabalho, trataremos especificamente dos grupos Jê habitantes do Oeste Catarinense, os Kaingang. Por serem populações ágrafas⁴ e transmitirem sua cultura através da tradição oral, dados arqueológicos e etnohistóricos são fundamentais para o estudo histórico destas sociedades.

Estudos linguísticos apontam sua origem para o Centro Oeste do Brasil e indicam relações linguísticas com povos amazônicos. Os Kaingang são enquadrados no conjunto linguístico Akwén e Apinayé, os quais ocupavam continuamente as terras mais altas do planalto brasileiro (NOELLI, 1999-2000).

A organização social dos Kaingang é similar a dos grupos Jê das demais localidades brasileiras, que, entre outros elementos sociais e políticos, se organizavam em seções hierarquicamente dispostas⁵, uxori-localidade⁶, sistemas duais e metades exogâmicas:

4 Os Kaingang antes do contato com os colonizadores não desenvolveram língua escrita. Atualmente, existem diversos dicionários da língua Kaingang que foram desenvolvidos ao longo do tempo a partir da oralidade da língua, como, por exemplo, O *Dicionário Bilingue Kaingang*, organizado pela Prof^a Dr^a Ursula Gojtéj Wiesemann e disponível em: <http://www-01.sil.org/americas/brasil/publens/dictgram/KGDiet.pdf>.

5 A hierarquia Kaingang era bastante complexa. Cada região ocupada por eles tinha um cacique específico, que se relacionava com outros caciques. Os caciques poderiam ser líderes superiores ou subordinados e formavam uma teia ampla de hierarquias dispostas. Para visualizar uma representação da hierarquia Kaingang, ver esquema elaborado por Fernandes, 2013.

6 O hábito foi descrito, por exemplo, no trabalho de Soares: “depois do casamento a nova família irá morar na casa da mulher. A casa da esposa abriga seu pai, sua mãe e seus irmãos. O marido pertencerá sempre a uma outra

A sociedade e toda a natureza estão divididas em metades complementárias, denominadas Kamé e Kairu, irmãos mitológicos. Uma mulher Kamé deve casar com homem Kairu, e os filhos seguem a linhagem paterna. O sol é Kamé e a lua Kairu; o pinheiro é Kamé e o cedro é Kairu, o lagarto é kamé e o macaco Kairu e assim distribuem todos os seres e cosmos. Os nomes indígenas não são de livre escolha das famílias, antes marcam uma identidade social, pertencem às metades, podem ser alterados para proteger a criança ou se sua conduta não for condizente como o nome recebido (BRIGHENTI, 2012, p. 18).

A divisão do grupo em duas metades opostas e complementares norteia a vida social e ritualística do coletivo indígena. Os Kaingang adaptaram-se a diferentes ecótonos⁷ do sul do Brasil, tanto no que se refere ao manejo agroflorestal quanto às atividades de caça e pesca. Acredita-se que estes grupos foram responsáveis pela criação de florestas antropogênicas⁸ dos principais componentes de suas dietas, como o pinhão. Outra alternativa de subsistência dos Jê do Sul era o consumo de larvas, cultivadas intencionalmente através da derrubada de árvores para o apodrecimento da madeira, ou coletadas durante os ciclos naturais. Vários tipos de mel e colmeias eram consumidos e a cera era utilizada na produção da cultura material e também para a vedação. As técnicas de armazenagem que dominavam, lhes garantiam reservas extras de alimentos (PERES, 2009).

Além da caça, pesca e da coleta, os Kaingang são horticultores e cultivavam principalmente milho, feijão e abóbora. Originalmente, plantavam utilizando a técnica da coivara:

A coivara, como um sistema lógico de organização e uso dos recursos naturais, é fruto da evolução cultural e biológica humana nas florestas e, sendo assim, representa as experiências acumuladas ao longo de séculos – e até milênios – de interação com as últimas. [...] é caracterizada como um sistema de plantio itinerante, em que áreas cultivadas são submetidas ao pousio (descanso e crescimento da vegetação) por um período maior que o plantio propriamente dito [...]. A área escolhida para o plantio é inicialmente limpa, através do corte e da derrubada da vegetação florestal [...]. A matéria orgânica cortada seca no local até que possa ser queimada. Dessa forma, é possível eliminar os organismos que potencialmente competiriam com os cultivares por luz e recursos do solo [...]. Além de essencial na limpeza da área, o fogo é importante para reduzir a acidez do solo e disponibilizar,

metade clânica, que não é a da esposa e nem dos outros homens da casa, portanto, terá que se submeter a morar com os que são seus diferentes (2008, p. 60).

⁷ Ecótonos são regiões em que a totalidade da flora e fauna fazem parte de um mesmo ecossistema. Podem ser entendidos ainda como regiões de encontros de diferentes biomas ou ecossistemas. Os registros arqueológicos demonstram que os Kaingang viveram em diferentes ecótonos no Sul do Brasil, demonstrando grande capacidade de adaptação a variados tipos de clima, solo, fauna e flora.

⁸ Florestas antropogênicas ou antrópicas são extensões de formações vegetais derivadas em sua totalidade ou amplamente modificadas pela ação humana. Um bom exemplo deste fenômeno é a distribuição das castanheiras pela Amazônia que não ocorria em larga escala ou de maneira tão densa sem a intervenção humana. Para outros exemplos de florestas antropogênicas ver Magalhães, 2013; e BALEE et al, 2014.

através das cinzas produzidas, os nutrientes armazenados na biomassa vegetal, tornando o solo mais favorável ao plantio (MUNARI, 2010, p. 16-17).

Os Jê ocupavam aldeias a céu aberto, abrigos-sob-rocha, sambaquis e casas semi-subterrâneas. As últimas foram utilizadas como moradia em regiões frias e de chuvas abundantes (SCHMITZ et al, 2010) e são consideradas o principal indicador de sedentarismo e permanência em territórios definidos:

Apresentam dimensões variadas, de 4 m a 20 m de diâmetro e profundidades de 1 m a 7 m. Observam-se formas circulares ou elípticas e é comum a localização de conjuntos de casas subterrâneas de várias dimensões e não de casas isoladas (AFONSO, 2014, p. 29).

Estudos a respeito da cerâmica destes grupos apontam para uma continuidade entre os Kaingang e seus ascendentes pré-coloniais, sendo bastante semelhantes em termos de forma, matéria-prima e tratamento de superfície. A maioria das cerâmicas Jê é de tamanho pequeno e médio, sendo divididas em pratos, panelas, caçarolas, tostadores e talhas. As maiores eram utilizadas apenas em dias de festa, para servir as bebidas utilizadas nos rituais (NOELLI, 1999-2000).

Os Kaingang são também conhecidos como “Coroados” na literatura e nas fontes do século XIX e início do XX, devido ao modo de cortarem o cabelo em forma de coroa, como os padres franciscanos (PERES, 2009). No entanto, os indígenas desta sociedade chamavam a si mesmos como Kaingang, que significa “homem” (MOTA, 2004). O território histórico dos Kaingang estendia-se desde a costa de São Paulo até o território de Misiones na Argentina (NOTZOLD, 2006 apud PERES, 2009: 34). Em Santa Catarina, os Kaingang se distribuíam na região do meio oeste para o oeste, a qual se caracterizava pela presença de araucárias e era habitada por animais de pequeno e médio porte para caça, o que garantia a sobrevivência dessas populações.

Figura 1: Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendaju – 1944, adaptado e elaborado por Carina Santos de Almeida.



Fonte: BRIGHENTI, 2012a. p. 12.

Visões deturpadas a respeito da distribuição geográfica e da demografia dos Kaingang foram fortemente difundidas. A depopulação e a pressão de outros grupos fizeram com que os Jê do Sul deixassem áreas abandonadas, o que fortaleceu a falsa impressão de nomadismo e de dependência da coleta, quando de fato eles fugiam para territórios já conhecidos e com florestas antropogênicas formadas, graças as redes de intercâmbios e aos laços de parentesco e aliança. Outra prática comum que foi confundida com nomadismo era a de circular pelo território de domínio em determinadas épocas e áreas onde predominavam certos tipos de oferta de alimentos. Tais ideias foram construídas sem que fosse analisado o processo histórico que os levou a se dispersarem em pequenos grupos pelo território.

O fato de os Jê do Sul costumarem plantar em áreas de clareiras naturais e a beira das matas e caminhos, fez com que alguns cronistas acreditassem que estes viviam da colheita de plantas selvagens, já que se pensava equivocadamente que os Kaingang haviam adotado a

agricultura após o contato com os brancos. Ignorou-se que a grande maioria dos relatos que se constituem como fontes históricas foram escritas durante um período de guerra de conquista e retração demográfica dos povos indígenas (NOELLI, 1999-2000).

Para caçar, os Kaingang utilizavam armas individuais e armadilhas próximas às áreas de cultivo, que naturalmente atraíam os animais. Para pescar utilizavam o pãri, armadilha que aprisiona os peixes numa espécie de cesto. Dados arqueológicos demonstram que os povos que ocupavam áreas próximas a cursos d'água utilizavam intensamente seus recursos naturais, como a pesca generalizada e a coleta intensa de moluscos (NOELLI, 1999-2000).

Os processos de invasão e conquista pelos quais passaram os Jê do Sul, e que levaram a desterritorialização, deixaram profundas marcas nos registros arqueológicos, demonstradas em mudanças que são sensíveis nos padrões de assentamento, enterramento, adaptação, organização social e política. Os padrões de subsistência também foram fortemente afetados, com perdas de áreas de agricultura e plantas manejadas, gerando a falsa imagem de que os Jê do Sul eram povos caçadores-coletores. A perda e a constante mudança de território influenciaram o abandono temporário de alguns tipos de assentamentos, artefatos e práticas que exigiam padrões tradicionais em equilíbrio, com territorialidade fixa, como as habitações semi-subterrâneas, a cerâmica e os enterramentos sem cremação realizados normalmente em montículos (NOELLI, 1999-2000).

As etnias indígenas que habitam o interior do Brasil, mais precisamente na região de ocupação Kaingang no Sul do país, puderam viver com pouco ou nenhum contato com não-índios até o século XIX. A vinda da Família Real para o país impulsionou a colonização dessas áreas, o que implicou em processos de tentativa de confinamento e aldeamento indígenas, como demonstra a carta régia assinada por D. João VI: “Carta Régia – 1º de Abril de 1809 – Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquelle território” (BRASIL, 1891, p. 02).

O Estado reservou a seu critério territórios para a criação de aldeamentos indígenas. Mas, apesar dos esforços do governo, a população indígena em aldeamentos era minúscula se comparada às que permaneciam em suas aldeias. Enquanto havia espaço com mata, os índios foram resistindo a seu modo, vivendo em aldeias “livres”, denominadas Toldos, sem nenhuma interferência ou auxílio do Estado: “Os indígenas nos Toldos, especialmente nas florestas estacionais decíduais, conhecidas como sertões, ficaram abandonados” (BRIGHENTI, 2012b, p. 113).

No local onde se localiza na atualidade a cidade de Chapecó nenhum aldeamento foi criado. Para Brighenti, aldeamentos em Chapecó não foram concretizados devido a relação amistosa existente entre índios e não-índios na área: “Tendo os aldeamentos o objetivo de atrair os indígenas e “civilizá-los” pela fé católica e pelo trabalho, não havia necessidade de criar um aldeamento para indígenas aliados, ou já em contato amistoso com os não indígenas” (2012b, p. 102).

Um dos nomes indígenas mais lembrados na cidade de Chapecó e símbolo das relações amistosas descritas anteriormente é o índio Kondá. Considerado um índio “manso”, responsável pelo estabelecimento de relações pacíficas e de trabalho entre Kaingang e não índios, recebeu, inclusive, homenagens, como a nomeação de rua, estádio e, posteriormente, arena esportiva. De fato, algumas alianças foram feitas, conforme relata Clovis Antonio Brighenti:

Os caciques das unidades político-territoriais, que por circunstâncias diversas aproximaram-se dos colonizadores, foram contratados pelo governo para auxiliar na defesa das fazendas e vilas que iam sendo criadas no interior do território. No oeste catarinense, dois importantes caciques exerceram esse papel, Vitorino Kondá e Estevão Ribeiro do Nascimento Veri. Além de auxiliar na defesa das vilas e fazendas, esses líderes constituíram-se em mão de obra disponível na região, para todos os serviços braçais, como abertura de estradas, construção de linhas telegráficas, construção de fortalezas militares (BRIGHENTI, 2012a, p. 15).

Embora alguns grupos realizassem trabalhos para o Estado, outros resistiam ao avanço da colonização da região por imigrantes que deviam ocupar os então “vazios demográficos”,⁹ o que se traduziu em inúmeros conflitos entre índios e não índios na região (NOTZOLD, 2006 apud PERES, 2009). Brighenti também trata do caso das comunidades chefiadas pelos caciques Kondá e Virí como exceções:

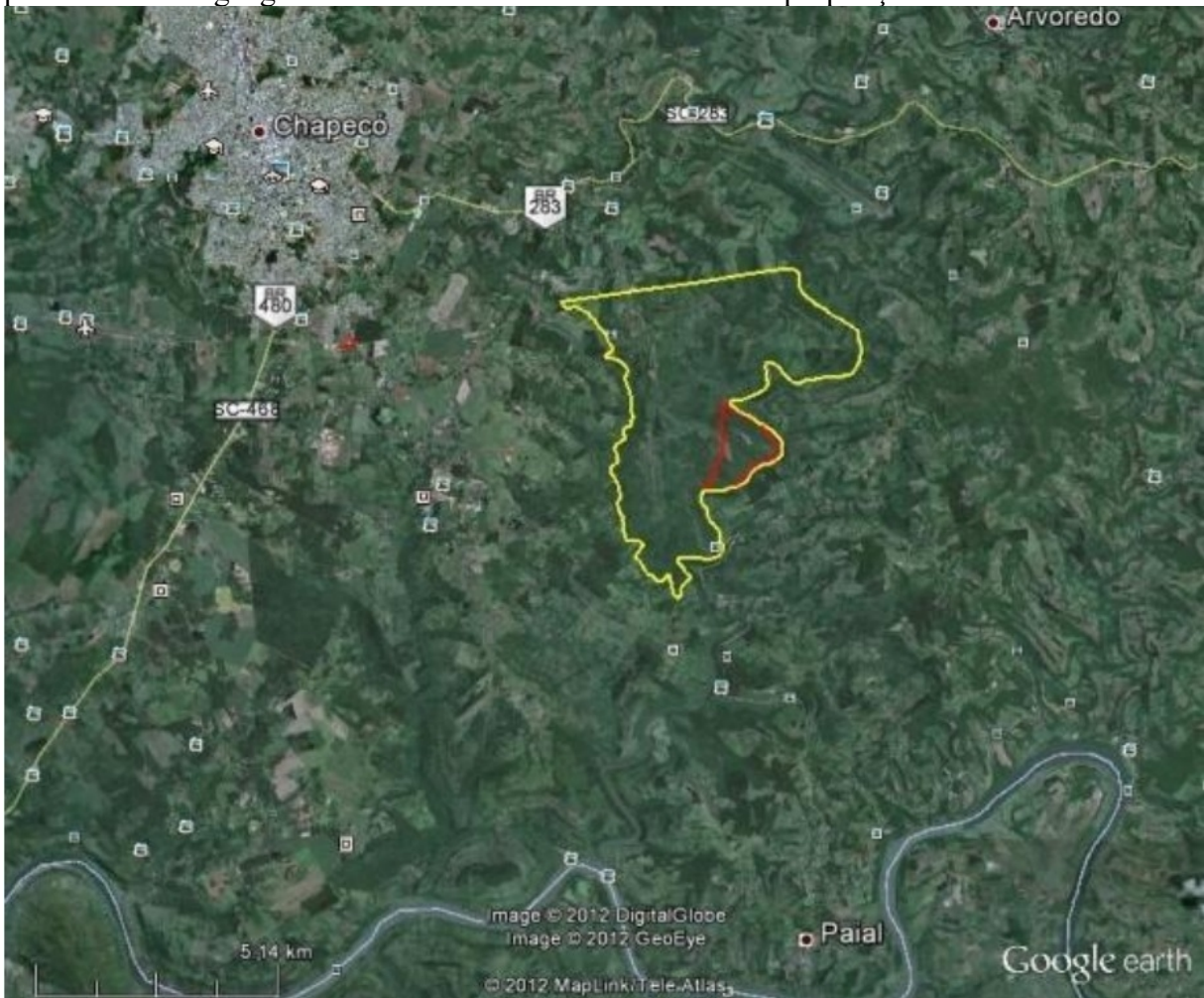
Ocorre que os caciques Kondá e Virí nasceram e foram criados em contexto de aldeamentos, em contato permanente com os não indígenas. O mundo desses indígenas, seus referenciais e demandas, são distintos dos demais indígenas que ainda habitavam os campos e sertões. A relação com o governo provincial era financeira, faziam trabalho mediante pagamento, não gozavam de total confiança do governo provincial, tanto que este não desejava ver os indígenas portando armas de fogo. Hipoteticamente o inverso também é verdadeiro, ou seja, Kondá e Virí não confiavam totalmente no governo (BRIGHENTI, 2012a, p. 16).

⁹ Apesar da Lei de Terras de 1850 reconhecer que as terras indígenas não pertenciam aos estados e, portanto, não eram devolutas, a maior parte dos territórios indígenas foram considerados vazios demográficos e vendidos pelos estados (BRASIL. Lei de Terras de 1850. Disponível em: http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/legislacao/decreto_1318.aspx. Acesso realizado em: 22 de junho de 2017).

Ainda que a resistência indígena tenha predominado, é necessário apontar que o Estado Brasileiro soube aproveitar as diferenças existentes entre os Kaingang e que se os governantes não utilizassem indígenas aliados como escudo contra outros indígenas, não teriam atingido o objetivo da liberação de terras para a posterior colonização. No entanto, a aliança com os não índios é atualmente vista como estratégia de resistência, a forma de defesa encontrada por algumas comunidades indígenas naquele contexto:

[...] esses indígenas [os que se aliaram com os não índios] não deixaram de fazer suas reivindicações e seus enfrentamentos com o Estado [...], outros caciques também tiveram atitudes de colaborar com o Estado em troca de benefícios próprios. Portanto, mais do que responsabilizar o sujeito indígena, deve-se melhor analisar o papel do Estado repressor, que se utiliza de todos os mecanismos para dominação e exploração dos territórios indígenas (BRIGHENTI, 2012b, p. 129).

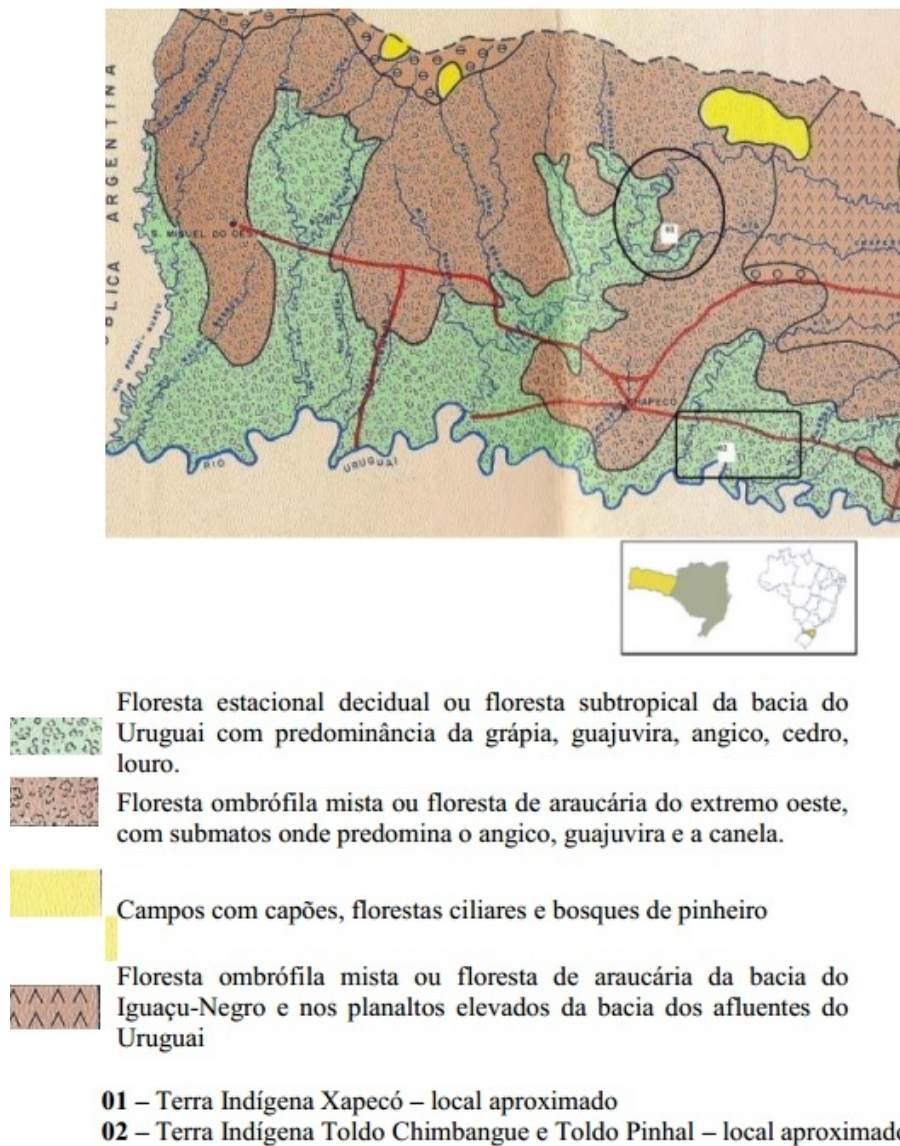
Figura 2: TI Toldo Chimbangue na contemporaneidade. Em amarelo os limites dos 1.963 ha totais da terra indígena e no triângulo vermelho a localização dos últimos 100 há ocupados pelos Kaingang antes da total expropriação das terras.



Fonte: BRIGHENTI, 2012b, p. 203.

A TI Toldo Chimbangue localiza-se no município de Chapecó, entre o riacho/lageado Lambedor até sua foz na margem direita do rio Irani, numa área que totaliza 1.963 ha, como pode ser observado da Figura 2. A utilização do termo Toldo para a nomeação do local confirma que se tratava de uma terra não reconhecida pelo Estado brasileiro como pertencente a uma comunidade indígena.

Figura 3: Cobertura vegetal nativa e presença indígena no oeste catarinense.



Fonte: KLEIN, R. M. Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina. Itajaí: Fatma, 1978.

A indefinição de limites com a Argentina – resolvido em 1895 – e com o Paraná – resolvido em 1916 – implicou um processo tardio de definição de colônias¹⁰ para assentamento de camponeses imigrantes no oeste catarinense se comparado ao ocorrido em outras regiões do Brasil. No Toldo Chimbangue, os não-índios foram penetrando a terra de forma gradativa a partir da década de 1930 e no final da década de 1970 não restava terras para os índios em seu próprio território (BRIGHENTI, 2012b).

Os Kaingang puderam viver por mais tempo sem a intromissão de não índios nas terras onde se localiza o Toldo Chimbangue. Brighenti afirma que o interesse por esta área foi tardio se comparado a outras localidades devido a cobertura de floresta estacional decidual, como demonstra a figura 3. Áreas como estas não despertaram o interesse de fazendeiros pecuaristas por serem consideradas não propícias à criação de gado, devido ao custo do desmatamento, relevo montanhoso e de difícil acesso. Estas terras interessaram a outro modelo de agricultura, desenvolvida pelo camponês imigrante (BRIGHENTI, 2012b).

Em 1916 teve início o processo de concessão de terras públicas, terras indígenas e terras de caboclos para as empresas colonizadoras. No oeste catarinense, pelo menos 23 empresas se apropriaram das terras e revenderam-nas a “colonos de origem”¹¹. Os recém-chegados, com títulos de propriedade da terra, ignoraram a legitimidade da presença indígena e passaram a considera-los intrusos em suas próprias terras (RENK, 2006).

As terras do Toldo Chimbangue foram registradas pelo governo do Paraná, em 1891, em nome de José Joaquim de Moraes. Chamava-se fazenda “Barra Grande” e logo foi vendida a Luis Vicente de Souza Queiros, filho da Baronesa da Limeira. Os herdeiros de Queiros venderam-nas para a Empresa Colonizadora Luce Rosa S. Cia Ltda. em 1919, que as dividiu em lotes de 24 hectares e as revendeu a camponeses, conforme mostra a figura 4.

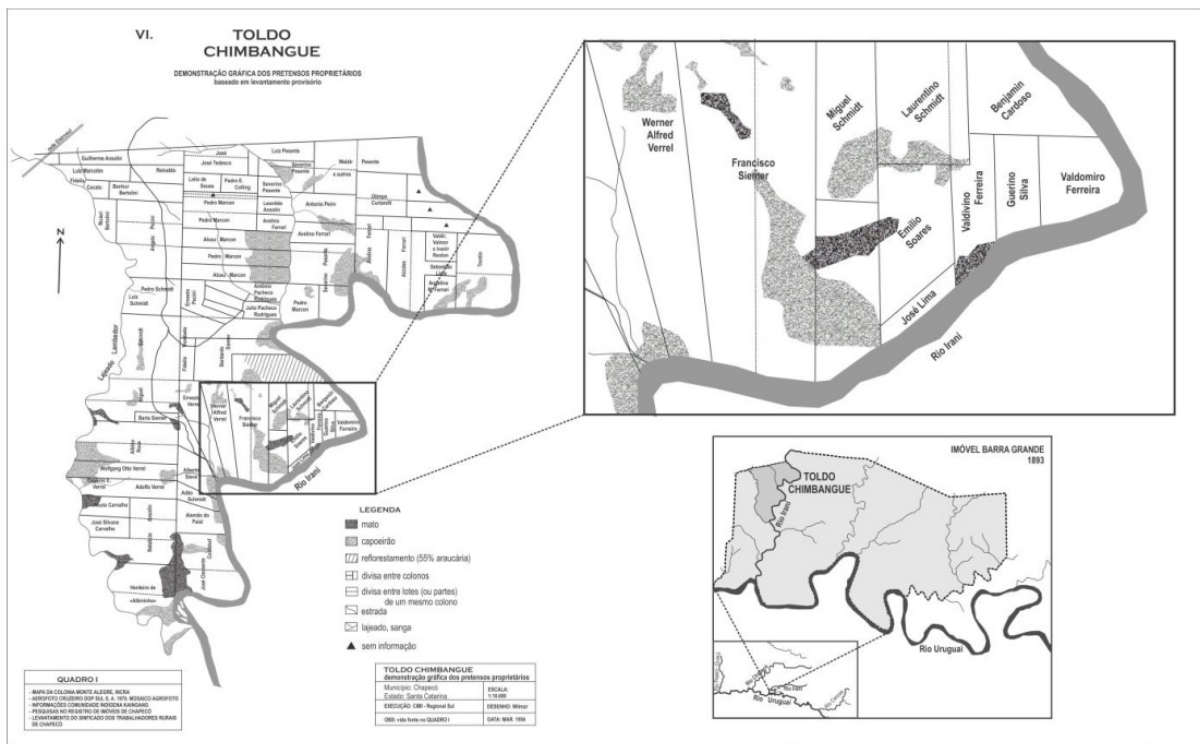
A empresa colonizadora buscou por todos os meios retirar os indígenas do local, inclusive acionando o SPI para remover as famílias. O órgão pretendia enviar os índios para a Terra indígena Xapecó, mas, a maioria das famílias Kaingang se recusou a abandonar a área e permaneceu no Toldo Chimbangue (BRIGHENTI, 2012b).

10 Utilizaremos neste trabalho a definição de colônia empregada por SEYFERTH (apud RENK, 2006. p. 10): “tomando no seu sentido particular é a base da existência do camponês na área: Incluía a propriedade com tudo o que ela contém (casa, estábulo, pastagem, tocas etc.). É, pois, a unidade básica dentro do sistema econômico em questão. No seu sentido mais geral, a colônia era o conjunto de pequenas propriedades que formam a área de colonização”.

11 Na região oeste catarinense, o termo colono é utilizado como sinônimo de agricultor, produtor rural. É empregado também para se referir à população descendente de europeus que adquiriu lotes de terras na região de empresas colonizadoras a partir da década de 1920, os quais se identificam como “de origem” (RENK, 2006).

Em 13 de julho de 1948, a área onde se encontravam os Kaingang no Toldo Chimbangue foi vendida pela companhia colonizadora Luce Rosa para Severino e Giocondo Trentin, que a revenderam para famílias camponesas. A alienação da terra aos irmãos Trentin ocorreu por dificuldades da empresa colonizadora em remover os Kaingang do local. Na escritura de compra e venda ficou registrado que “ficará a cargo dos compradores interessarem-se pela retirada dos intrusos hoje existentes na gleba de terra vendida” (CIMI SUL, 1984, p.70).

Figura 4: A TI Toldo Chimbangue dividida em lotes entre camponeses. Em destaque os últimos 100 ha.



Fonte: CIMI SUL, 1984, p.104 apud BRIGHENTI, 2012b, p. 202.

Os índios Kaingang foram removidos para um terreno fora da gleba comprada pelos irmãos Trentin, à margem direita do rio Irani, num pequeno lote de 100 hectares que restara sem ocupação camponesa (local destacado nas figuras 2 e 3), área atualmente demarcada como pertencente a TI Toldo Chimbangue (BRIGHENTI, 2012b).

“A forma como os camponeses lidaram com a terra possibilitou que toda a mata fosse destruída, e que não apenas a comunidade se esfalçou, mas também o meio em que a comunidade vivia” (BRIGHENTI, 2012, p. 206). Registros sobre o espaço e a natureza da

região oeste indicam uma paisagem ainda pouco alterada até a primeira metade do século XX, uma vez que as terras indígenas foram as últimas a sofrer com a deflorestação e agricultura intensiva. No entanto, a medida que os colonos foram sendo assentados nas terras pelas companhias colonizadoras, os grupos indígenas passaram a ser confinados nas periferias e em terrenos de maior declividade, considerados impróprios para a agricultura, e a mata foi derrubada, comprometendo todo o ecossistema. A destruição da mata nativa era vista como sinônimo de progresso, conquista, desbravamento e pioneirismo (RENK, 2006).

O desmatamento atinge tanto aspectos materiais quanto imateriais da cultura Kaingang, pois além da perda da oferta de subsídios, a etnia vê violado um local sagrado, pois acredita que nas matas habitam os espíritos.

Para os Kaingang, assim como o homem possui uma natureza animal, os seres da natureza, os animais e vegetais, também tem seus espíritos protetores. Podemos acrescentar mais ainda que, se alguns animais são também yangré [espírito animal] dos homens, eles são também, num certo sentido, “humanos”. É possível dizer, assim, que entre os Kaingang, assim como para os povos indígenas em geral, não há dicotomia entre o universo humano, natural e sobrenatural; muito pelo contrário, são universos que se interpenetram e se influenciam reciprocamente (TOMMASINO, 2004, p 157).

A colonização não poupou nada: “As matas existentes nas terras indígenas foram devastadas pelo Serviço de Proteção aos Índios – SPI e posteriormente pela FUNAI, através de serrarias [...] Nos toldos, as terras foram vendidas a camponeses que trataram de substituir a mata por agricultura intensiva e pastagens” (BRIGHENTI, 2012a, p. 19).

Em 1950, o então Juiz de Chapecó, Antonio Selistre de Campos, menciona os Kaingang marginalizados no Toldo Chimbangué num relatório sobre os Índios de Chapecó: “distante menos de vinte quilômetros a Leste, próximo ao rio Irani, houve o Toldo Chimbangué, cujos índios, com pressão da colonizadora, foram deslocados para o interior da mata, rio acima” (CAMPOS, 1950 apud BRIGHENTI, 2012b, p. 206). O delegado, neste mesmo relatório, informou ainda que em 1941 funcionários do SPI estiveram no local visitando o grupo indígena, e registraram a presença de 49 pessoas, que já não estavam mais vivendo organizados em toldo, mas em habitações separadas, não longe uma das outras (BRIGHENTI, 2012b).

A derrubada de praticamente toda a vegetação nativa desestabilizou o grupo e destruiu as tradicionais formas de sobrevivência Kaingang, como visto anteriormente. O relatório de Selistre de Campos, comprova que os índios que viviam no Toldo Chimbangué se espalharam

pela região e apenas um pequeno grupo manteve-se unido às margens do Irani. Este grupo não mantinha a organização sociopolítica tradicional Kaingang, mas tinha referências políticas. As famílias articulavam-se em torno do chamado “tronco velho”, composto por Francisco Marcelino e de Clemente Fortes (BRIGHENTI, 2012b)

“Tronco velho” é uma expressão empregada para designar os indivíduos cuja história está ligada à própria história da comunidade indígena. São o centro de núcleos de parentagem que compõem a comunidade. Os troncos velhos foram fundamentais nos processos de retomada de territórios tradicionais e, antes disso e durante o processo de luta pela terra, elementos fundamentais de coesão e união dos grupos indígenas (BRIGHENTI, 2012b).

Os Kaingang não tinham documentação que garantisse a posse do território de 100 ha que ocupavam às margens do Irani. A experiência de propriedade privada não fazia parte do universo indígena, de modo que logo perderam toda a terra. A empresa colonizadora, assim que regularizou a situação desse terreno, iniciou a transferência de escrituras para os colonos de origem (BRIGHENTI, 2012b).

No final dos anos 1970, os Kaingang do toldo Chimbanguê trabalhavam como agregados¹² dos camponeses, arrendando suas próprias terras. No entanto, o arrendamento não era o suficiente para a sobrevivência do grupo, pois, segundo os índios, o contrato era feito diretamente com o proprietário, que não atendia à lei (BRIGHENTI, 2012b).

A situação econômica e social das famílias Kaingang chegou a um estágio insustentável, o que levou ao processo de articulação da comunidade para a retomada do seu território tradicional. Em 1978 iniciaram as reuniões que eram feitas às escondidas dos colonos da então Sede Trentin. Os índios temiam que qualquer desconfiança por parte dos camponeses poderia dificultar ainda mais a organização do nascente movimento (BRIGHENTI, 2012b).

O maior empecilho para a luta estava na inexistência de uma comunidade social e politicamente organizada, já que as famílias estavam todas espalhadas pela região:

O primeiro desafio dos Kaingang do Toldo Chimbanguê foi organizar-se internamente como comunidade, restabelecendo as lideranças consensuadas. O longo tempo que permaneceram sem terra, sem organização política, tendo de buscar saídas individualizadas desestruturou referenciais de organização política. Nesse momento o desafio foi estabelecer novos critérios para definição de lideranças (BRIGHENTI, 2012b, p. 472).

12 Termo utilizado para definir uma parceria agrícola em que o proprietário aluga a terra a um terceiro, que geralmente vive sobre ela, e paga a ele uma renda que varia, geralmente, de 30% a 50% de tudo o que for produzido.

Neste momento, toma-se uma das mais importantes decisões políticas do movimento de luta pela retomada da terra: a de reunir as famílias Kaingang espalhadas pela região, as quais muitas vezes haviam nascido em localidades próximas ao Chimbanguê, mas que genealogicamente descendiam de um mesmo tronco familiar. A articulação da comunidade numa rede de parentesco ampliada e de relações afins possibilitou o fortalecimento interno da comunidade do Toldo Chimbanguê e resultou da necessidade de articulação do movimento de luta pela terra (BRIGHENTI, 2012b).

Figura 5: Comissão Kaingang do Toldo Chimbanguê em Brasília liderada por Ana da Luz Fen'no. Março de 1985.



Fonte: Arquivo Cimi. Brasília/DF.

Inicialmente, não existia uma relação de confiança sólida entre o grupo de pessoas reunidas em torno do movimento. A tensão do conflito gerou a identidade necessária à

comunidade naquele momento: “A confiança interna foi estabelecida pela fronteira com o não indígena. As diferenças foram contempladas, suavizadas e relativizadas em virtude da projeção que o grupo fazia com relação ao outro” (BRIGHENTI, 2012b, p. 475).

A ida de um grupo de lideranças Kaingang do Toldo Chimbangue para Brasília (Figura 5) reivindicar a retomada da posse da terra, agravou a tensão entre índios e não índios na localidade então chamada de Sede Trentin. Casas, plantações e paióis foram queimados, estradas fechadas e índios expulsos de áreas em que residiam. Ir para Brasília foi a estratégia adotada para pressionar a Funai e o Ministério do Interior a reconhecer a terra como indígena (BRIGHENTI, 2012b).

Figura 6: Kaingang do Toldo Chimbangue acampam em frente ao Congresso Nacional.



Fonte: Jornal Correio Braziliense, 5 de dezembro de 1984. Arquivo Cimi – Brasília/DF.

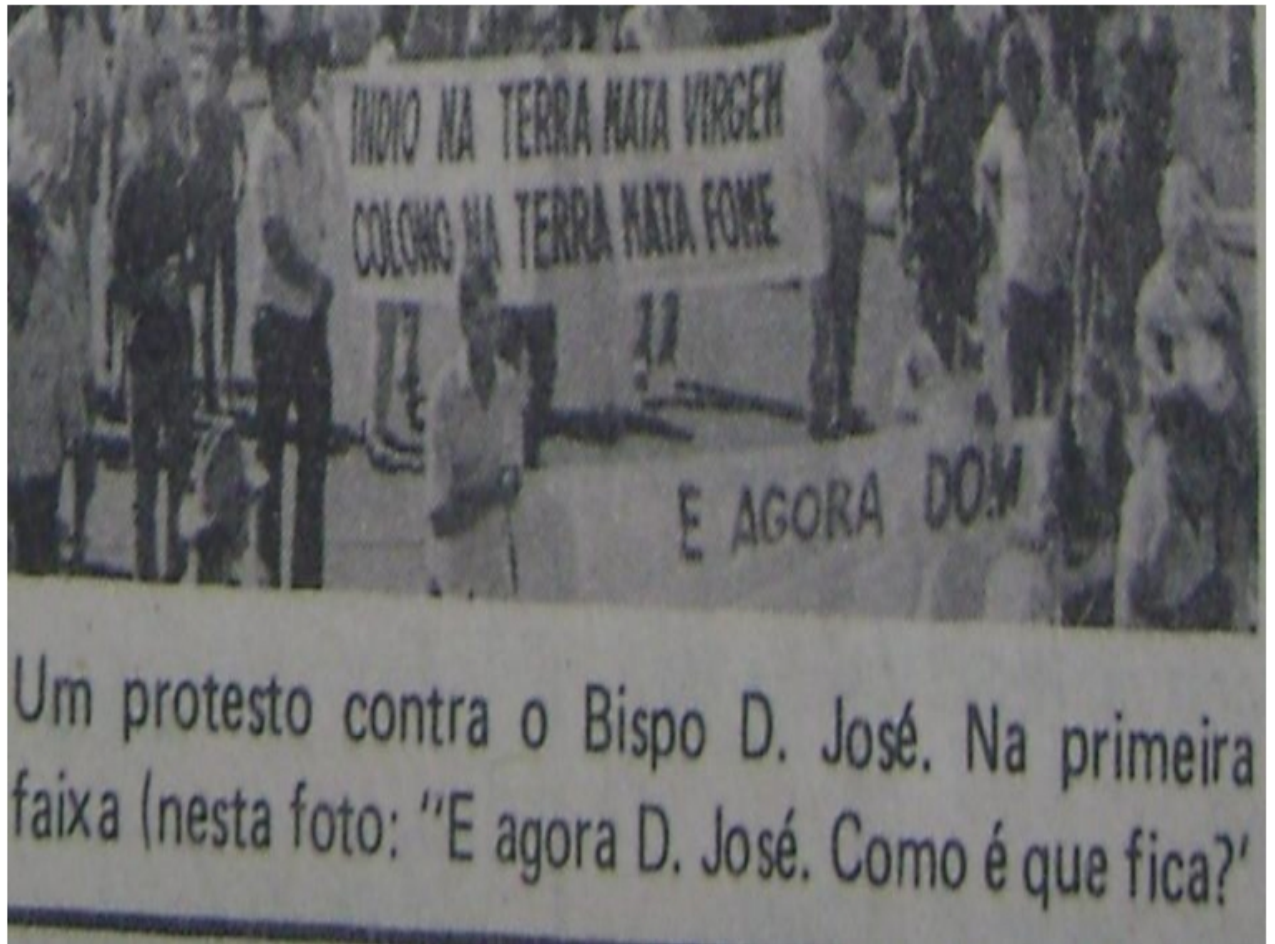
O procedimento administrativo para demarcação da TI Toldo Chimbangue teve início em 1982. A Funai criou o primeiro Grupo de Trabalho em agosto do mesmo ano, o qual

apresentou a proposta de demarcação de 1200 ha como pertencentes a TI Toldo Chimbanguê. No entanto, o relatório deste GT foi executado sem o cumprimento das exigências legais, e, sendo assim, um novo estudo teve início em julho de 1984, que nem chegou a iniciar o levantamento necessário. Em 1983, a Funai já havia dado parecer favorável aos Kaingang, mas não tinha delimitado a terra (BRIGHENTI, 2012b). Como forma de pressionar a demarcação da TI, os Kaingang promoveram um acampamento em frente ao congresso nacional, conforme figura 6.

Em 1984, um novo grupo técnico é criado, composto por profissionais da antropologia da UFSC, o qual conclui o relatório circunstanciado em novembro do mesmo ano, recomendando que fossem demarcados os 1817 ha reivindicados pelos Kaingang do Toldo Chimbanguê e que as 96 famílias de camponeses que residiam em território indígena fossem indenizadas (BRIGHENTI, 2012b).

No segundo semestre de 1985, a Funai e o Incra anunciaram a decisão de desapropriar 912 ha, ou seja, cerca de 50% da terra reivindicada pelos indígenas, além de mais três hectares correspondentes ao local onde se localiza o cemitério indígena. Neste momento, as manifestações pró e contra a demarcação da terra indígena crescem em número e intensidade.

Figura 7: Manifestação contra a demarcação da TI Toldo Chibanguê.



Fonte: Jornal Diário da Manhã. Chapecó, 25 de setembro de 1985. Arquivo público municipal de Chapecó/SC.

A mobilização é nacional. O conflito não se refere apenas a terra do Toldo Chibanguê. É ideológico. Se confrontam duas visões de mundo. A figura 7 retrata uma manifestação contra a demarcação da terra indígena e seus apoiadores, representados pela figura de Dom José Gomes, Bispo da Diocese da Igreja Católica em Chapecó. A frase presente em uma das faixas é representativa: “Índio na terra mata virgem, colono na terra mata fome”. O índio e a mata são vistos como o atraso. O colono e seu modo de vida como o progresso.

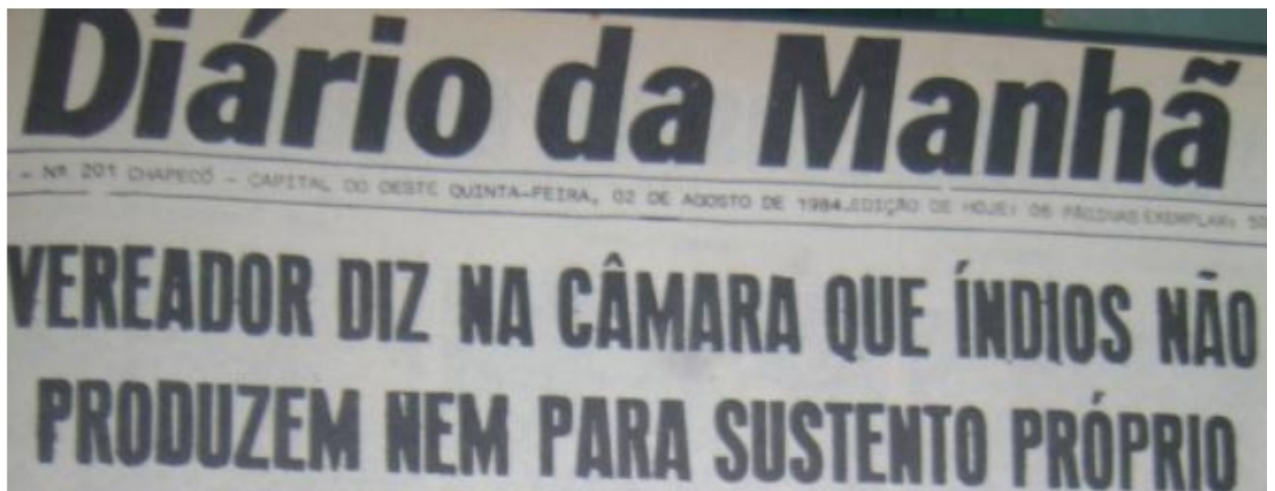
As autoridades regionais demonstravam apoio aos camponeses. O Partido Democrático Social – PDS e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB criaram um comitê suprapartidário de apoio aos camponeses, responsável por articular contatos em Brasília e organizaram a passeata contra Dom José Gomes e os indígenas retratada na figura 7. O Partido dos Trabalhadores – PT afirmava que colonos e índios eram

vítimas e que o partido iria cobrar, do governo federal, a devolução da terra aos Kaingang e o reassentamento dos camponeses (BRIGHENTI, 2012b).

O movimento pró colonos se fundamentava no direito à propriedade privada, já que os camponeses tinham títulos de propriedade, na produção agropecuária, alegando que os indígenas sequer produziam para o consumo (figura 8) e na negação da identidade indígena, afirmando que a maioria das pessoas envolvidas na luta pela demarcação da terra indígena se faziam passar por índios: “Apenas três ou quatro famílias são indígenas, os demais são caboclos que ali se agruparam” (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 1985b).

O movimento pró colonos defendia a transferência das famílias Kaingang do Toldo Chimbangu para outras reservas, como as de Xaxim ou Xanxerê e alertava para o desaparecimento da Sede Trentin do mapa da produção agropecuária, caso a terra indígena fosse demarcada (BRIGHENTI, 2012b).

Figura 8: Posicionamento de membros de partidos políticos de Chapecó contra a demarcação da terra indígena.



Fonte: Jornal Diário da Manhã. Chapecó/SC, de 2 de agosto de 1984.

A posição do governo de Sarney, primeiro após duas décadas de Ditadura Militar, seria um indicativo da condução da política indigenista da Nova República. Instituições identificadas com os setores que se opuseram à ditadura militar e que se encontravam no campo da “esquerda” defendiam o direito dos indígenas e o reassentamento dos camponeses, ao passo que os setores ligados ao campo da “direita” apoiavam os colonos e a não desapropriação da terra. As pressões em ambos os lados eram fortes (BRIGHENTI, 2012b).

Após meses de silêncio e indecisão por parte do governo Sarney, o movimento pró demarcação resolveu radicalizar as ações e iniciaram uma greve de fome no dia 6 de setembro de 1985, por “tempo indeterminado visando pressionar o governo federal a anunciar uma solução imediata e definitiva para a disputa de terras na localidade de Sede Trentin” (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 1985c). Os grevistas desejavam a demarcação da terra indígena e o reassentamento digno aos colonos e receberam inúmeras manifestações de apoio: “Apoio e solidariedade à greve e à comunidade indígena chegavam de vários locais do país e do exterior, com centenas de cartas dirigidas ao governo federal pedindo a devolução imediata da terra aos indígenas” (BRIGHENTI, 2012b, p. 503).

O resultado foi positivo para a comunidade Kaingang. Em setembro de 1985 foi confirmada a demarcação da terra. No entanto, a área então demarcada correspondia a menos que a metade da reivindicada pelos indígenas (de 1885 para 912 hectares) e a decisão acabou desagradando camponeses e índios (BRIGHENTI, 2012b).

No dia 17 do mesmo mês, a greve de fome foi reiniciada e ampliada pelo movimento pró demarcação. Eram 16 grevistas, entre eles três Kaingang do Toldo Chimbanguê, os quais permaneceram 14 dias sem se alimentar: “a greve mobilizou a sociedade, com vigília e jejum em diversas cidades brasileiras e em seis cidades italianas, além de abaixo-assinados e mensagens ao ministro do Interior” (BRIGHENTI, 2012b, p. 506). Em 25 de setembro os grevistas suspendem o jejum aguardando o posicionamento do governo.

Em resposta, os camponeses da Sede Trentin também decidiram fazer greve de fome. O jornal Diário da Manhã noticiou no dia 20 de setembro que “nove pessoas da comunidade branca de sede Trentin iniciaram uma greve de fome até que o governo Federal anuncie uma solução, “fazendo justiça” quanto à disputa de 1885 hectares do Toldo Chimbanguê” (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 1985d), conforme figura 9. A greve de fome dos colonos durou uma semana e, segundo o jornal, agricultores de Guatambu, Colônia Cela (interior de Chapecó) e de Seara (município limítrofe) foram prestar solidariedade aos grevistas.

Figura 9: Camponeses da Sede Trentin em Greve de Fome



Fonte: Jornal Diário da Manhã. Chapecó/SC, em 24 de setembro de 1985.

A violência durante o processo de luta pelos direitos indígenas, que passaram a ocorrer apenas em fins da década de 1970, passavam a impressão de antes deste período reinava a paz entre índios e não índios:

As relações dos Kaingang do Toldo Chimbangue com os camponeses foram marcadas por ambiguidades, violências, oposição, dependência e compadrio. As relações, vistas pelos não indígenas, se revelam problemáticas apenas quando os indígenas decidem lutar pela terra; até esse momento os indígenas que permaneceram sobre a Terra Indígena não encontravam ecos a suas demandas, e por esse motivo, havia uma sensação da tranquilidade. Além de não encontrar respaldo às suas necessidades, os indígenas viviam em contexto de dependência (BRIGHENTI, 2012b, p. 489).

No entanto, a luta pela posse das terras ancestrais Kaingang é fruto da tentativa de superação da violência e das relações assimétricas existentes entre colonos e Kaingang no Toldo Chimbangue (BRIGHENTI, 2012b).

Na década 1980, quando o conflito se acentuou com a reivindicação indígena, as relações no cotidiano eram marcadas por tensões, agressões e ameaças. Não faltam relatos de tentativas de assassinato, destruição de monumentos simbólicos da cultura indígena e não indígena, ataques a propriedades alheias e perseguições (BRIGHENTI, 2012b).

Em dezembro de 1985, 988 ha foram demarcados como Terra Indígena Toldo Chimbangue. Em dezembro de 2006, outros 975 ha foram homologados, completando a área total reivindicada como território tradicional Kaingang. Após a conquista da terra, a comunidade Kaingang do Toldo Chimbangue buscou se reinventar. O tronco velho, era o único referencial cultural e simbólico do grupo para as relações internas e externas. No período pós homologação da Terra indígena ocorreram muitos conflitos internos na comunidade que buscou o (re)estabelecimento de sua identidade indígena (BRIGHENTI, 2012b).

No segundo capítulo deste trabalho, analisaremos a criação de oficinas de produção de artesanato pela Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'no, descreveremos as atividades desenvolvidas durante as oficinas e os artefatos produzidos pela comunidade durante as atividades. Investigaremos se a produção de artefatos nas oficinas está inserida em um processo de revalorização da cultura material e qual a importância atribuída a eles na representatividade da identidade Kaingang construída pela comunidade.

3 AS OFICINAS DE ARTESANATO NA ESCOLA INDÍGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL FEN'NÓ, TERRA INDÍGENA TOLDO CHIMBANGUE

Segundo Ballivián (2011, p. 16), “artesanato é o resultado do trabalho manual [...] É uma expressão de saber acumulado através da arte, da criatividade e da habilidade”. Sua aplicação e utilidade respondem tanto as necessidades cotidianas e domésticas (no transporte e armazenamento de alimentos, artefatos de caça, etc), quanto ao uso de adornos e enfeites, como uma expressão artística e recreativa. O autor salienta que o artesanato é “expressão da visão de mundo, do modo de pensar e de viver, de crenças, de relacionar-se, adaptar-se ao meio. O artesanato é uma forma de transformar a natureza em cultura material” (BALLIVÍAN, 2011, p. 28).

O artesanato indígena associa beleza e utilidade, porque são feitos dentro da concepção cultural dos artesãos e sempre serão parte da identidade de quem o faz. Existe um valor simbólico agregado a cada objeto vinculado a uma cultura, valor em si relacionada a identidade, a matéria-prima conhecida, as formas de relacionamento, ao status social, dentre outros. Simbolicamente, o artesanato é também uma maneira de caracterizar a identidade das pessoas, é como um selo que diferencia culturalmente um grupo do outro:

O conjunto de objetos incorporados a vivência de uma determinada sociedade indígena expressa concretamente significados de concepções daquela sociedade, bem como a representa e a identifica. Enquanto a arte, em cada peça produzida existe também uma preocupação estética, identificando o artesão que a produziu e aquela sociedade da qual ela é cultura material (BALLIVÍAN, 2011, p. 23).

O artesanato indígena Kaingang expressa a identidade e especificidade desse povo e promove o seu reconhecimento étnico. Nos dias de hoje, o artesanato passou a ter maior relevância para muitas famílias Kaingang uma vez que é considerada uma das principais atividades geradoras de renda para os indígenas da região sul do Brasil (DARELLA, 2018).

O ano 2000 ficou marcado por comemorações dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil¹³ e também por uma mobilização nacional dos povos indígenas questionando a ideia de

¹³ A respeito dos diferentes termos utilizados para fazer referência ao início da colonização das terras brasileiras ver, por exemplo, FAUSTO, 2001. Optou-se por utilizar o termo mais popularizado acerca do processo de conquista e colonização empreendido pelos portugueses no território hoje conhecido como o Brasil, ainda que entre aspas. No entanto, é importante ressaltar que o território brasileiro não foi descoberto ou “achado”, pois não era uma terra vazia e sim ocupada por milhões de índios que compunham centenas de etnias diferentes, os quais foram violentados de inúmeras maneiras a partir deste momento e até hoje lutam por respeito e pelo

descobrimto e reivindicando demarcações de terras indígenas e a regulamentação de direitos¹⁴. A Semana Cultural Kaingang e Guarani, realizada na TI Toldo Chimbangue foi idealizada pela comunidade neste momento, como manifestação contrária às comemorações dos 500 anos do Brasil, como explica o professor indígena João Antunes:

A semana cultural Kaingang e Guarani da Terra Indígena Toldo Chimbangue foi criada no ano 2000, realizada pela primeira vez na antiga Escola Indígena de Ensino Fundamental Irani, na Terra Indígena Toldo Chimbangue. A realização foi uma iniciativa da escola juntamente com a comunidade como manifesto às comemorações dos 500 anos do Brasil. A partir disso tornou-se uma prática permanente da comunidade do Toldo Chimbangue, realizada todos os anos no mês de Abril, período em que acontece a semana de manifestações dos povos indígenas do Brasil (ANTUNES, 2011).

A professora Janete da Veiga, no relatório da Semana Cultural de 2006, explicou como a primeira Semana Cultural foi organizada pela comunidade:

A partir de 2000, a comunidade se reuniu e começou a desenvolver apresentações que mostravam como é, de fato, a cultura indígena. A primeira iniciativa foi na Escola de Ensino Fundamental Irani, que atendia de primeira a quarta série, na década de noventa, que não teve nenhum registro. No ano de 2000, na Escola Básica Sede Trentin, o coletivo de professores uniu-se junto à comunidade indígena e iniciou a Semana Cultural (SAVOLDI, 2013, p. 262).

Para a Semana Cultural, a comunidade prepara uma série de apresentações e confecciona diferentes artesanatos, como arcos e flechas, lanças, tecem roupas a partir do falso tronco da bananeira, brincos, pulseiras, colares, anéis, filtros dos sonhos, canetas e cestos, os quais serão utilizados durante as apresentações e/ou vendidos durante a semana:

A Semana Cultural é muito importante para a comunidade. Segundo o professor Kaingang João Batista, “O objetivo é que os não-índios nos vejam como seres humanos e nos tratem com respeito” (SAVOLDI, 2013, p. 263). Durante os meses de março e abril, a escola se prepara para apresentar a sua visão a respeito da cultura Kaingang para os não-índios que irão visitá-los durante a semana de exposição, e se fortalece e reafirma culturalmente, pois este é também o momento em que conhecimentos importantes da cultura indígena são repassados para as novas gerações:

reconhecimento da legitimidade de suas culturas ancestrais.

14 As manifestações indígenas foram cobertas pela imprensa nacional (como exemplo ver FRANÇA, 2000; DIÁRIO DO GRANDE ABC, 2000) e foram o foco da Conferência Nacional dos povos indígenas daquele ano (FUNAI, 2000). Para maiores informações a respeito das reivindicações indígenas que as motivaram ver, por exemplo, KOCH, 1999.

este é também o momento em que toda a escola, poderia se dizer toda a comunidade, se empenha em aprender e ensinar a respeito da cultura Kaingang. Este período marca definitivamente um momento de intenso aprendizado por parte das crianças sobre aspectos tradicionais que não são mais praticados e que são passados para elas dentro deste período que vai desde os preparativos até o momento em que acontece a Semana Cultural. Mais do que mostrar para os outros quem são os Kaingang, este é o momento em que as crianças aprendem sobre quem são elas, e como viviam os seus ancestrais antigamente (LIMULJA, 2007, p. 83)

Historicamente o artesanato é parte integrante da cultura indígena e tradicionalmente é uma atividade de caráter familiar, na qual os membros do grupo familiar realizam todas as etapas da produção, desde o preparo da matéria-prima até o acabamento final do objeto. A confecção de cestarias, brincos, colares, entre outros, é um conhecimento passado de geração em geração de pais para filhos, de avós para netos (BALLIVÁN, 2011).

No entanto, atualmente na Terra Indígena Toldo Chimbangue, nem todos os estudantes indígenas produzem ou aprendem a produzir artesanato em seus núcleos familiares. Porém, na escola, são realizados desde o ano 2000 oficinas para aprendizado da produção de artesanato indígena periodicamente, com o objetivo de preparar a escola e a comunidade para receber o público não-indígena que a visita durante a Semana Cultural Kaingang e Guarani. Segundo o professor Kaingang João Antunes, as oficinas de artesanato têm “como principal objetivo fazer o resgate desta parte específica da cultura indígena, pois muitos jovens indígenas não sabem fazer o Artesanato, ou quando sabem não realizam esta prática com frequência” (ANTUNES, 2015).

Desta forma, a iniciativa de promover a Semana Cultural e as oficinas de artesato todos os anos insere-se na proposta de ensino-aprendizagem da Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó, a qual segundo o Projeto Político Pedagógico da escola “acontece baseada no contexto da interdisciplinaridade, buscando revitalizar e fortalecer a cultura dos grupos indígenas que passaram por uma rigorosa descaracterização no processo de colonização e povoamento da região oeste de Santa Catarina” (PPP, 2018, p. 3).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena de 1998 determina que a educação escolar indígena constitui-se a partir da efetivação de um currículo diferenciado e deve acontecer de acordo a atender os anseios e necessidades da comunidade escolar. Ela é, portanto, comunitária e deve ser:

conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções

e seus princípios. Isto se refere tanto ao currículo quanto aos modos de administrá-la. Inclui liberdade de decisão quanto ao calendário escolar, a pedagogia, aos objetivos, aos conteúdos, aos espaços e momentos utilizados para a educação escolarizada (RCNEI, 1998, p. 24).

Um dos objetivos da EIEF Fen'nó exposto em seu PPP é “que o educando possa compreender os conhecimentos expostos, interagindo com sua vivência e comunidade. Estabelecendo possíveis relações sociais, não se afastando de sua cultura” (PPP, 2018, p 3). As oficinas de artesato configuram-se, portanto, em mecanismo de aproximação do educando com suas tradições culturais, expressas materialmente no artesanato. As oficinas se configuram como um instrumento de consolidação dos objetivos escolares e estão diretamente alinhadas com o que se propõe para a Educação Indígena em âmbito nacional.

As oficinas realizadas na EIEF Fen'no ocorrem há 19 anos e, portanto, já foram organizadas de diversas maneiras. Em algumas oficinas os alunos participam de todas as etapas de produção do artesanato: coleta do material, preparação da matéria-prima, e a confecção dos artefatos. Em outras, principalmente as direcionadas para os alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental, os professores já deixam a matéria-prima coletada e preparada, para adiantar o andamento das atividades e evitar o manuseio de facas e facões pelas crianças pequenas.

No entanto, caso os alunos estejam envolvidos ou não em todas as etapas de preparo, elas seguem uma ordem e são constantemente repetidas pelos artesãos e aprendizes. Abaixo serão descritas todas as etapas de produção de artesato a partir das oficinas observadas na Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó.

3.1 PREPARAÇÃO PARA AS OFICINAS DE ARTESANATO

As oficinas geralmente começam com os professores da escola ou professores visitantes e anciãos da comunidade explicando para os alunos a importância do artesanato no cotidiano do povo Kaingang, contando histórias de como seus ancestrais os utilizavam. Algumas vezes, exibe-se vídeos de como outras comunidades estão resgatando a prática da confecção do artesato nas escolas.

Nesta etapa, os alunos são reunidos na área coberta da escola ou na casa de algum ancião da comunidade. Os tópicos desta conversa inicial são constantemente retomados ao

longo da coleta dos materiais e da produção dos artefatos, na mata da Terra Indígena e no pátio da Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó.

Figura 10: Estudantes reunidos durante a etapa de preparação da oficina de artesanato indígena na EIEF Fe'nó.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

3.2 COLETA DA MATÉRIA-PRIMA PARA A CONFECÇÃO DO ARTESANATO NA TERRA INDÍGENA TOLDO CHIMBANGUE

Após a preparação da atividade, os professores, anciãos e alunos indígenas vão coletar os materiais necessários para a confecção dos artefatos. Na TI Toldo Chimbangue os materiais mais utilizados são: taquara-criciúma, taquara mansa, cipó *goj me*, bambu, porongos, madeira, penas, sementes e o falso tronco da bananeira. Outros tipos de taquara eram utilizados pelos Kaingang para a confecção de artesanato, mas atualmente somente a taquara mansa e a taquara criciúma são encontradas da TI, e em pequena quantidade. O cipó

também é matéria prima escassa: “O cipó *goj me* (cipó de banana *kó*) é difícil de encontrar na comunidade, pois algumas famílias tiram o pouco que ainda tem para a confecção de seus artesanatos” (DARELLA, 2018, p. 106).

Figura 11: Estudantes coletando cipó para a confecção do artesanato na TI Toldo Chimbanguê.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

Figura 12: Estudantes coletando madeira para a confecção do artesanato na TI Toldo Chimbanguê.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

Figura 13: Estudantes coletando taquara para a produção de artesanato na TI Toldo Chimbanguê.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

Figura 14: Estudantes transportando falso tronco de bananeira para a produção de artesanato nas proximidades da Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

Por vezes, os anciãos, professores e estudantes indígenas caminham por quilômetros em busca da matéria-prima desejada, cada vez mais escassa, e enquanto o fazem, vão conversando sobre o modo de vida tradicional dos Kaingang, quais plantas são adequadas para servir como matéria-prima para a produção do artesanato e como algumas delas foram substituídas ao longo do tempo (DARELLA, 2018).

3.3 PREPARAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA E CONFECÇÃO DOS ARTEFATOS

Para a confecção de arcos, flechas e lanças são utilizados troncos de madeira que são consideradas de fáceis de lascamento, geralmente Gramixinga, Guajuvira e Vassourinha do Mato. Para a produção de artefatos mais resistentes, a madeira precisa estar murcha, por isso, ela é colhida dias antes de ser modificada pelos artesãos. Depois que ela murcha (cerca de

dois ou três dias) é que é retirada sua casca (DARELLA, 2018). Utilizando facas, os índios vão moldando a madeira até que o formato almejado seja formado. Depois, o artefato é colorido utilizando tintas artificiais, geralmente tinta guache, e/ou enfeitado com penas e plumas.

Figura 15: Estudante descascando a madeira para produzir uma lança no pátio da EIEF Fen'nó.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

Para a produção de lanças, troncos estreitos são descascados e moldados no formato desejado. Já para a produção de arcos, seleciona-se um tronco mais reto, de boa espessura e de fácil lascamento. O tamanho do tronco depende do tamanho do arco desejado, que é projetado a partir do tamanho do índio que irá utilizá-lo. Troncos mais espessos são divididos para originar vários arcos. A madeira é trabalhada até obter a envergadura desejada. A envergadura é moldada, ou “farqueijada” como dizem os Kaingang do Toldo Chimbangue a partir do centro do arco, chamado de “lombada”. A lombada também é confeccionada a partir do

tamanho da mão do índios que utilizará o artefato. É envergadura do arco vai sendo experimentada ao longo do processo produtivo, para que se faça os ajustes necessários. O processo de produção de um único arco pode demorar um dia todo para ser concluído.

Na produção de arcos, algumas vezes a madeira é trabalha “verde”, recém-cortada, para facilitar a moldagem do artefato, pois é mais fácil de envergar. Porém, a qualidade do arco é comprometida. Os índios mais velhos preferem farqueijar o arco na madeira já seca. O processo de envergar a madeira é mais trabalhoso, mas o resultado final fica de maior qualidade, resultando em arcos mais fortes.

Figura 16: Estudantes descascando a madeira para criar arcos e flechas na quadra da EIEF Fen'nó.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

Figura 17: Estudantes na Semana Cultural apresentando-se com as lanças produzidas durante as oficinas de artesanato.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

As taquaras são utilizadas para criar trançados em cestarias e adornos, como anéis e pulseiras. Segundo dicionário de artesanato indígena de Berta Ribeiro:

cestaria é o conjunto de objetos – cestos-recipientes, cestos-coadores, cestos-cargueiros, armadilhas de pesca e outros – obtidos pelo trançado de alimentos vegetais flexíveis ou semirrígidos usados para transporte de carga e armazenagem, receptáculo, ou coador. Variam em tamanho, forma, decoração, técnica de manufatura, mas obedecem basicamente as exigências digitadas por sua funcionalidade (RIBEIRO, 1998, p. 38).

Para a confecção de cestarias, ou balaios, a taquara é cortada, destalada, secada no sol, pintada com anilina em pó e novamente secada, para finalmente começar a confecção do cesto. Para colorir as tiras de taquara, os indígenas fazem uma fogueira em local aberto, colocam um pote de anilina em uma panela com água e a diluem, depois as tiras de taquara

são colocadas na panela e são fervidas por algum tempo, sendo mexidas ocasionalmente. Então, as tiras são postas no sol para secar e quando secas, podem ser trançadas. Devido a escassez das matérias-primas tradicionalmente utilizadas, as tintas naturais, antes retiradas do urucum, cipós e taquaras tiveram que ser substituídas pela anilina. Como consequência, a cestaria pode ser mais colorida e atrativa para o comércio (SUFFIATTI et al, 2013).

Figura 18: Trançado sendo feito por professora indígena para confecção de cestaria no pátio da EIEF Fe'nó.



Fonte: Acervo da EIEF Fe'nó.

Figura 19: Cesto produzido por estudante indígena na oficina de cestaria na EIEF Fen'nó.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

Segundo o professor indígena Marcos Garcia, “o balaio ou a cesta significa várias direções dos pensamentos: exige concentração no momento em que o Kaingang o está confeccionando. Se a pessoa está irada ou com mal-estar, quando trança a cesta esquece tudo o que está acontecendo” (BALLIVIÁN, 2011, p. 223).

Os Kaingang do Toldo Chimbangue acreditam que a fase da lua em que a taquara é colhida influencia na qualidade do artesanato confeccionado: “Os Kaingang procuram coletar

o material na lua cheia ou na lua minguante, para que o artesanato dure um bom tempo. Se coletarem em outra época o material durará menos. Quando coletado na lua nova o material pode pegar caruncho facilmente” (BALLIVIÁN, 2011, p. 223).

Figura 20: Filetes de taquara sendo preparados para a produção pulseiras, decoração de canetas e anéis no pátio da EIEF Fen'nó.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

Os adornos de uso pessoal, como colares, pulseiras e anéis, são objetos utilizados sobre o corpo, envolvendo parte do corpo ou interferindo no mesmo. Os adornos têm

significado dentro da sociedade, denotando status social, religioso, econômico, cultural, entre outros. A confecção de peças para adorno pode ser feita para uso diário ou para momentos especiais: cerimoniais, religiosos e ou de festa (BALLIVIÁN, 2011).

Para a decoração de canetas e para a confecção de pulseiras e anéis, taquaras e cipós são raspados e descascados, e as raspas oriundas da casca destes materiais são embebidas em água para murchar e tornarem-se mais maleáveis e resistentes, adquirindo flexibilidade e permitindo o trançado delicado. Depois cortadas em filetes estreitos e finalmente trançadas, tomando as mais diferentes formas. Atualmente, letras vêm sendo incorporadas ao trançado de objetos de uso pessoal, como canetas e pulseiras, como demonstra a figura 21.

Figura 21: Caneta produzida durante as oficinas de artesanato na EIEF Fen'nó.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

Originalmente, saias não eram utilizadas pelos Kaingang. Porém, a comunidade ressignificou seu figurino de festas e apresentações, situações em que as meninas costumam utilizar saias e os meninos bermuda. Todos fazem pinturas corporais e utilizam adornos nestes momentos. Para tecer as saias que são utilizadas pelas meninas indígenas durante as apresentações da Semana Cultural, o falso caule de bananeira é utilizado.

Primeiramente o falso caule é batido contra o solo para que o excesso de água presente na planta seja drenado e as fibras se desprendam, formando tiras. As tiras são postas para

secagem ao sol e depois de secas, as tiras são presas a um cordão, formando uma saia. O professor João Batista relatou a importância das oficinas de artesanato e da produção das vestimentas para a valorização da cultura indígena:

As roupas fazem parte do figurino para os grupos de dança da escola. Durante estas atividades os estudantes trabalham em grupo recebendo orientações sobre organização para o trabalho, sustentabilidade da matéria-prima, trabalho artesanal enfim, valorização da história e cultura Kaingang (ANTUNES, 2013).

Figura 22: Estudantes indígenas batendo o falso caule da bananeira contra o solo para drená-lo na quadra da EIEF Fen'nó.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

Figura 23: Estudantes indígenas confeccionando as saias de tiras de bananeira na EIEF Fen'nó.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

Figura 24: Estudantes indígenas utilizando as saias confeccionadas durante as oficinas de artesanato na Semana Cultural Kaingang e Guarani na EIEF Fen'nó.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

O cipó é utilizado como base na confecção de filtros dos sonhos, amuleto típico das comunidades indígenas norte-americanas que foi incorporado às oficinas devido a enorme demanda pelo produto. A comunidade do Toldo Chimbanguetece as tramas dos filtros dos sonhos com linha encerada de várias cores e acrescenta sementes e penas e plumas coloridas para decorá-los.

Figura 25: Estudantes confeccionam filtros dos sonhos com auxílio de professora indígena nas oficinas de artesanato da EIEF Fen'nó.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

Porongos são utilizados pelos indígenas para a produção de chocalhos, instrumentos musicais muito utilizado durante as apresentações culturais. Segundo o professor indígena Girley Ribeiro: “O chocalho é para dar sinal ao pai e a mãe celestial que estamos rezando para vivermos bem. É um instrumento sagrado, que penetra no interior do pensamento e do coração através do qual podemos aprender a respeitar a natureza” (BALLIVIÁN, 2011, p. 229).

A escola possui uma plantação de porongos nos seus arredores e os colhe quando atingem o ponto de maturação. Após a colheita, os porongos são deixados para secar e ficarem prontos para serem usados durante as oficinas de artesanato. Depois de secos, nas oficinas, os porongos são abertos a partir de uma pequena cavidade na sua parte mais estreita, por onde são retiradas sua polpa e sementes. Após a limpeza, são introduzidos pela abertura feita no porongo grãos de milho ou feijão, geralmente, responsáveis pela produção sonora do

chocalho.

Depois de limpos, os porongos são lixados, pintados, envernizados e decorados. Um cabo é encaixado na abertura feita para a limpeza, e fixado com linhas e/ou cola. Durante a Semana Cultural muitos chocalhos são utilizados por professores e estudantes indígenas durante as apresentações culturais de cantos e danças.

Figura 26: Professor indígena confecciona chocalho.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

Penas e plumas tingidas com anilina e sementes de canela, ariticum, jacum, timbó, entre outras, coletadas conforme a época do ano são utilizadas para produzir brincos, colares e pulseiras. Segundo o professor indígena Girley Ribeiro, o colar “significa o fortalecimento do espírito e também para se ter atenção em todos os sentidos da vida dos antepassados e para mostrar a nossa identidade e a constelação do universo” (BALLIVIÁN, 2011, p. 229).

Atualmente, linhas enceradas de todas as cores também são utilizadas para a confecção

de pulseiras e brincos pelos índios Kaingang da TI Toldo Chimabangue. Inclusive, estas linhas já são consideradas como matéria-prima básica para as oficinas de artesanato na EIEF Fen'nó.

Figura 27: Estudantes trabalham na confecção de colares, pulseiras e brincos durante oficina de artesanato na EIEF Fen'nó.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

Figura 28: Chocalhos, colares, pulseiras e anéis produzidos durante a oficina de artesanato em exposição durante a Semana Cultural.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

As pinturas corporais e os cocares são adornos muito frequentes nos momentos de apresentações e festas da Comunidade Kaingang da TI Toldo Chimbangue. Nötzold afirma que o cocar é um dos artesanatos mais antigos utilizados por homens e mulheres Kaingang (NÖTZOLD, 2006). No entanto, a comunidade indígena do Toldo Chimbangue tem debatido a respeito deste artefato, buscando determinar se este é ou não um objeto tradicional de sua cultura.

Figura 29: Idalino Fernandes, cacique da Terra Indígena Toldo Chimbangue usando um cocar na cerimônia de abertura da Semana Cultural de 2019.



Fonte: Acervo da EIEF Fen'nó.

De qualquer forma, é possível perceber a presença de cocares sendo utilizados como adornos pelos alunos e membros da comunidade indígena na TI Toldo Chimbangue durante os momentos de festa, luta, cerimônias ou apresentações culturais. É feito com penas, coloridas ou não e pode ter diversos formatos.

3.4 A PRODUÇÃO ARTESANAL INDÍGENA NO TOLDO CHIMBANGUE

Durante as observações realizadas nas oficinas de artesanato na Terra Indígena Toldo Chimbangue, ficou muito claro o esforço da comunidade em ensinar as gerações mais jovens

a prática ancestral de produção de artefatos Kaingang. Durante os dias de oficina, a comunidade se envolve e a escola fica absorta na produção artesanal. Os objetos mais produzidos são os adornos, como colares, anéis, canetas decoradas e filtros dos sonhos. São estes também os objetos mais vendidos pelos índios Kaingang.

Observou-se durante as oficinas a ressignificação de vários artefatos, principalmente aqueles que tradicionalmente eram utilizados para caçar e pescar e que hoje são de uso cerimonial, festivo. Novos objetos foram incorporados em suas atividades artesanais, como o filtro dos sonhos e as canetas decoradas. A matéria-prima e as ferramentas utilizadas para a confecção dos objetos também sofreu alterações, ora devido a escassez de material ocorrida em consequência do avanço da sociedade não-indígena e suas práticas exploratórias sobre os territórios tradicionais Kaingang, ora por facilitarem o processo de produção.

Pode-se sustentar que a reafirmação da identidade indígena está presente em todo o processo relacionado com a produção de artesanatos pela comunidade do Toldo Chimbanguê, pois durante todas as etapas produtivas, os estudantes se aproximam de elementos da sua cultura que, por vezes, não fazem mais parte de seu cotidiano familiar. O fortalecimento dos laços de pertencimento e ancestralidade ficam claros na fala da estudante da EIEF Fen'nó, Carla de Oliveira, a respeito das atividades da Semana Cultural Kaingang e Guarani:

O objetivo da Semana Cultural é mostrar para os visitantes que a nossa história continua, e, mesmo sendo criticados, vamos mostrar, ainda mais, de que somos capazes para defender a nossa origem, e também para mostrar que a história do Toldo Chimbanguê ainda é viva, e que no passar dos anos vamos continuar mostrando nossos rituais (SAVOLDI, 2013, p. 266).

Vê-se vivas atualmente na comunidade, práticas que foram abandonadas ou enfraquecidas no processo de luta pela terra vivido pelos Kaingang do Toldo Chimbanguê, dentre elas o artesanato, fonte de renda e representação identitária para muitas famílias indígenas do oeste catarinense. O artesanato teve papel de resgate, reconstrução e ressignificação, num processo de fortalecimento da identidade Kaingang dos índios do Toldo Chimbanguê.

As oficinas surgiram da proposta da comunidade apresentar-se como indígena para os não-índios, ou seja, como uma forma de representação enquanto sujeitos de uma cultura ancestral no momento simbólico de comemoração dos 500 anos de conquista portuguesa em

Terras Brasileiras. Os Kaingang do Toldo Chimbanguê sentiram-se impelidos a apresentarem-se como índios, como os verdadeiros desbravadores destas terras. O artesanato neste contexto, é elemento de resistência de uma comunidade que se reergueu apesar de toda a violência sofrida e que unida vem mantendo vivas seus saberes e tradições.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o avanço da colonização no Oeste Catarinense, os indígenas Kaingang da Terra Indígena Toldo Chimbanguê foram violentamente expulsos de suas Terras ancestrais e alguns de seus costumes e práticas culturais foram abandonados ou enfraquecidos neste processo. A Semana Cultural Kaingang e Guarani, organizada anualmente pela Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó e pela comunidade do Toldo Chimbanguê e as oficinas de artesanato que dela se originaram têm contribuído para o resgate e fortalecimento de um dos elementos mais marcantes da cultura indígena: o artesanato.

As oficinas de produção da cultura material indígena Kaingang inserem-se num conceito amplo de educação indígena, ligado à prática da vida e às necessidades da comunidade, tendo como principal consequência a valorização cultural e o fortalecimento das identidades indígenas. Trabalhar com as oficinas de artesanato mostrou-se um terreno fértil para o desenvolvimento de novos estudos, a partir de análise interpretativa dos artefatos produzidos pela comunidade, inclusive sob a perspectiva dos próprios artesãos.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, observou-se quais objetos foram valorizados pela comunidade indígena Kaingang e escolhidos para serem produzidos nas oficinas de artesanato e quais as atividades desenvolvidas durante estas oficinas. Percebe-se uma alteração nas práticas artesanais da comunidade, fruto do contato com a sociedade ocidental industrializada, principal mercado consumidor de seu artesanato. Como exemplo destas alterações pode-se citar os artefatos que perderam a sua finalidade original (como as armas utilizadas pelos Kaingang para caçar, pescar e guerrear), a utilização de tintas sintéticas, linhas enceradas e a confecção de um artefato que tradicionalmente não era produzido pelos Kaingang: o filtro dos sonhos.

A comercialização dos artesanatos fez, sem dúvidas, com que importantes modificações ocorressem nos artefatos, como a alteração de algumas matérias-primas. O avanço dos não-índios sobre os territórios ancestrais Kaingang também resultaram em mudanças ambientais, as quais forçaram outras mudanças, como o uso de outros processos de tingimento devido à escassez ou privação de matérias-primas necessárias a produção artesanal Kaingang.

Não pretende-se defender a preservação integral de todos os aspectos da cultura indígena ancestral, porque os Kaingang não vivem de forma isolada e pelo fato da própria

cultura ser dinâmica e, portanto, em constante modificação mesmo quando não realiza contato direto com outras culturas. Apenas salientar que a produção da cultura material indígena Kaingang pela comunidade da TI do Toldo Chimbanguê sofreu modificações importantes.

De qualquer forma, a alteração e a inovação no processo de criação do artesanato indígena sempre foi um processo dinâmico, de ressignificação, com identidade, legitimidade adaptabilidade e criatividade próprias. Podemos esperar ainda mais adaptações e alterações das gerações futuras dos Kaingang, que ao modificarem seu modo de ver o mundo, modificarão também os artefatos que produzem.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. C. Casas subterrâneas: a arqueologia nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. In: VASCONCELLOS Camilo de Mello (Org.). **Recursos Pedagógicos no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**. 1ª ed. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, 2014, p. 29-33.

ANTUNES, João Batista. Histórico da Semana Cultural. **Escola Fen'nó**, Chapecó, 09 de maio de 2011. Disponível em: <<http://escolafenno.blogspot.com/2011/05/historico-da-semana-cultural.html>>. Acesso realizado em 10 de junho de 2019.

ANTUNES, João Batista. Roupas de Bananeira para as Danças Kaingang. **Escola Fen'nó**, Chapecó, 08 de abril de 2013. Disponível em: <<http://escolafenno.blogspot.com/2011/05/historico-da-semana-cultural.html>>. Acesso realizado em 10 de junho de 2019.

ANTUNES, João Batista. Histórico da Semana Cultural. **Escola Fen'nó**, Chapecó, 31 de março de 2015. Disponível em: <<http://escolafenno.blogspot.com/2015/03/i-semana-de-artisanato.html>>. Acesso realizado em 10 de junho de 2019.

BALEE, W.; SCHAAN, D. P.; WHITAKER, J. A.; HOLANDA, R. Florestas antropogênicas no Acre: inventário florestal do geoglifo Três Vertentes. *Amazônica: Revista de Antropologia (Online)*, v. 6, p. 140-169, n. 2014.

BALLIVIÁN, José M. P. Palazuelos (org). **Artesanato Kaingang e Guarani**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

BARBEIRO, Estela Pereira Batista; STORI, Norberto. **Artes Indígenas – Territórios de Diálogos**. In: 19º Encontro da Associação de Pesquisadores em Artes Plásticas “ Entre Territórios”. Cachoeira (BA), ANPAH, 2010.

BRASIL. Leis. **Colecção das Leis do Brazil de 1809**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 156-159. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3.pdf>. Acesso realizado em 06 de junho de 2017.

BRIGHENTI, C. A.. Povos Indígenas em Santa Catarina. In: NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandro Fernando. (Org.). **Etnohistória, História Indígena e educação: Contribuição para o debate**. 1ª ed. Porto Alegre: Palotti, 2012a, v. 01, p. 37-65.

BRIGHENTI, Clovis A. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó nas décadas de 1970 e 1980**. 2012, 564f. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis: 2012b.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Fen'Nó, uma guerreira: uma mulher, uma história, uma lenda.** 2014. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=7391>. Acesso realizado em 04 de junho de 2017.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. In **História** (São Paulo. Online), v. 30, p. 349-371, n. 2011.

CIMI SUL. **Toldo Chimbangue: História e Luta Kaingang em Santa Catarina.** Xanxerê: 1984.

DARELLA, Maria Dorothea Post et al (org). **Kófa ag Jykre = Aprendendo com anciões:** cadernos de relatos pedagógicos de professores Kaingang e Guarani no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: [s.n.], 2018.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. **Índios organizam protestos contra 500 anos de Brasil.** 28 de março de 2000. Disponível em: < <https://www.dgabc.com.br/Noticia/115528/indios-organizam-protestos-contr-500-anos-de-brasil>>. Acesso realizado em 15 de junho de 2019.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. A História Indígena em Mato Grosso do Sul: dilemas e perspectivas. In **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, 2001, v. 2, n. 2, p.115-124.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Sobre os conceitos de Etnoistória e História Indígena: uma discussão ainda necessária. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. **Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História.** João Pessoa: ANPUH/UFPB, 2003. p. 1 – 8.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERNANDES, R. C. **Política e Parentesco entre os Kaingang:** uma análise etnológica. 2003. 288 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. p.172.

FRANÇA, William. **Índios realizam marcha inédita para contestar o Descobrimento.** 10 de abril de 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/report_10.htm>. Acesso realizado em 15 de junho de 2019.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. **Conferência Nacional dos Povos Indígenas,** em 21 de abril de 2000. Brasília - D.F. - Documento Final. Brasília: FUNAI/CGDTI, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. **Arqueologia.** São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. Cultura Material e Patrimônio Científico. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (Org.). **Cultura Material e Patrimônio da**

Ciência e Tecnologia. 1ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009, v.1 p.1-376

JORGE, Vitor Oliveira. Arqueologia e História: Algumas Reflexões Prévia. In **Revista da Faculdade de Letras: História**, série II, v. 7, p. 367-372, 1990.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Chapecó, 07 de setembro de 1985c

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Chapecó, 15 de ago. 1985b.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Chapecó, 20 de set. 1985a

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Chapecó, 22 de set. 1985d

KOCH, Ingelore Starke (org). **Brasil: Outros 500**. Protestantismo e a resistência indígena, negra e popular. São Leopoldo: Sinodal, COMIN, IEPG, 1999.

LIMULJA, Hanna Cibele Lins Rocha. **Uma etnografia da Escola Indígena Fen'Nó à luz da noção de corpo e das experiências das crianças Kaingang e Guarani**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

MAGALHÃES, Marcos Pereira. Território Cultural e a Transformação da Floresta em Artefato Social. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 8, p. 381-400, n. 2013.

MATTOS, Carmem Lúcia Ghuimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (orgs). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Autores. 298p.

MOTA, Lúcio Tadeu. A denominação Kaingáng na literatura antropológica, histórica e lingüística. In: TOM MASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingáng**. Londrina: Eduel, 2004.

MOTA, Lúcio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. In **Patrimônio e Memória** (UNESP), v. 10, p. 5-16, n. 2014.

MUNARI, Lucia Chamlian. 2010. **Memória Social e Ecologia Histórica: a Agricultura de Coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.

NOELLI, Francisco Silva. A Ocupação Humana na Região Sul do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44. 1999-2000.

NÖTZOLD, A. L. V.; SALVARO, Talita Daniel ; MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva . Artesanato Kaingáng: entre usos e desusos da cultura material. **Cadernos do CEOM** (UNOESC), Chapecó, v. 24, p. 31-50, 2006.

PERES, Jackson Alexandro. **Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PPP – **Projeto Político Pedagógico**. Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó, 2018.

RCNEI. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

RENK, Arlene Anélia. **A luta da erva. Um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2006.

RIBEIRO, Berta. **Dicionário da artesanato indígena**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1998 (Coleção Conquista do Brasil 3, Série Especial, v.4).

SAVOLDI, Adiles. Todo dia era dia de índio: manifestações culturais relativas à semana do dia do índio nas Terras Indígenas de Chapecó, Santa Catarina, Brasil. *In Arxiu d'etnografia de Catalunya*, v. 13, p. 253-272, 2013.

SAVORO, Talita Daniel; SILVA, Ninarosa Mozzato da; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Artesanato Kaingáng: entre usos e desusos da cultura material. **Cadernos do CEOM (UNOESC)**, Chapecó, v. 24, p. 31-50, n. 2006.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; ARNT, F. V.; BEBER, M. V.; ROSA, A. O.; FARIAS, D. S. E. Casas subterrâneas no planalto de Santa Catarina: São José do Cerrito. **Pesquisas. Antropologia**, v. 68, p. 7-78, n. 2010.

SOARES, Juliana. Aspectos comuns da organização social Kaingang, Xavante e Bororo. *In Espaço Ameríndio (UFRGS)*, v. 2, p. 44-67, n. 2008.

TOMMASINO, Kimiye. Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da bacia do Tibagi. In: _____. Et all (org). **Novas Contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, 2004. Pg.145-197.

VIEIRA, Edna Elza. **Simbolismo e Reelaboração na Cultura Material dos Xokleng**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.